

MANDATO XII
ATA Nº. 22/2020

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE OUTUBRO DE 2020

*Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, nesta cidade de Braga, no grande Auditório do Fórum Braga, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Primeiro Secretário e do Senhor Augusto Alexandre da Cunha Dias, como Segundo Secretário. **MAIORIA LEGAL - A SRª. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e três membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Alberto Granja dos Santos Silva, Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Maria do Pilar Araújo Teixeira, Hugo Alexandre Lopes Soares, João Filipe Monteiro Marques, Maria Angelina Pinto Rodrigues, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, José Raúl de Oliveira Rodrigues, João Diogo Fernandes Ferreira, Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva Pereira, Ricardo Machado de Azevedo, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Mário Manuel Gonçalves Rodrigues, Fausto Alves Farinha, António Joaquim Tavares Fidalgo, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Pedro Miguel Pereira de Sousa, João António de Matos*

Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro, José Miguel Ferreira da Silva, Catarina Lourenço Ribeiro, Emiliano Renato Araújo Novera, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Bárbara Seco de Barros, João Jorge Ferreira Baptista, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, Rita Costa Pinto de Barros, António Meireles de Magalhães Lima, Maria Alexandra Nogueira Vieira, Agostinho Fernando Monteiro Fernandes, José Manuel Ribeiro Afonso, Manuel Jorge Miranda Pereira, Maria Ester da Silva Taveira, Daniel Pinto, José Ferraz, Manuel Gomes de Oliveira, José João Pereira Correia, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, João Manuel Faria da Costa, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, Sérgio Filipe de Sá Antunes de Oliveira, António Rolando Pimenta e Silva, Carmindo João Costa Soares, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado, João Lamego Moreira, César Manuel Faria Gomes, Maria José Fernandes Borges, Artur Gomes Martins, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Manuel Pereira de Faria, Dinis Filipe Gomes de Sá e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO: *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Maria Ester da Silva Taveira, Serafim Figueiral Rebelo, Américo dos Santos Afonso, Bento Duarte da Silva, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Maria Manuela de Freitas Marques, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Tânia Correia da Cruz, Fernando Manuel Martins Viana, Carlos André da Silva Alves de Sá, Fernando Manuel Gonçalves Sá Menezes, Carla Maria da Costa e Cruz,*

Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas e Paula Maria de Azevedo da Cunha.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA: A Assembleia, em face do pedido apresentado, deliberou aceitar a justificação de falta de Manuel António Veiga de Carvalho.

FALTOU O SEGUINTE MEMBRO: José Oliveira da Silva. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DA ATA DO XII MANDATO NÚMERO VINTE E UM BARRA DOIS MIL E VINTE, DE VINTE E CINCO DE SETEMBRO.** Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a ata do décimo segundo mandato número vinte e um barra dois mil e vinte, referente à sessão ordinária de vinte e cinco de setembro. Posta à votação foi a referida ata **aprovada por unanimidade.**

PONTO NÚMERO DOIS – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada pelo Executivo na reunião de vinte e um de setembro do ano em curso, relativa à transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde e da educação, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Colocada à discussão, começou por usar da palavra o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para dizer que: “A Lei número cinquenta barra dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto estabelece o quadro de transferências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais das competências que se encontram na administração direta e indireta do Estado. De acordo com o artigo quarto da referida lei, esta transferência de competências e afetação de recursos é

concretizada através de diplomas sectoriais relativos às diversas áreas. Esta descentralização, que é mais uma desconcentração, viola o princípio constitucional da subsidiariedade agravando as assimetrias regionais, uma vez que a municipalização de competências nestas matérias não pode comprometer a universalidade e igualdade no acesso às prestações inerentes. Esta lei promove uma total desresponsabilização do Estado em funções sociais de âmbito universal como a Educação, Saúde e Cultura. Existe ainda a possibilidade de as autarquias se justificarem com meios humanos insuficientes e recursos técnicos para assegurar estas novas competências para concessionarem serviços a entidades privadas ou empresas municipalizadas que, por falta de fiscalização, poderão promover a degradação do serviço prestado e o seu acesso e fruição pelo comum cidadão; Por outro lado, a transferência de pessoal e de equipamentos, como tivemos oportunidade de o dizer na altura, e repetimos hoje, não se faz acompanhar do pacote financeiro, pois não está nada previsto no Orçamento de Estado de dois mil e vinte, e desconhece-se ainda os moldes exatos da transferência de receitas para que as Autarquias possam assegurar estas novas competências. Nesse sentido, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente a proposta do executivo municipal”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para salientar que o Partido Socialista iria acompanhar aquele que foi o voto dos seus Vereadores na reunião da Câmara Municipal de Braga, percebendo as razões que foram invocadas pelo Executivo Municipal de que não estavam criadas, ainda, sob o ponto de vista dos recursos materiais, dos recursos humanos e dos recursos financeiros, as condições para que pudesse assumir duas tão importantes competências como eram as competências da área da educação e da saúde. Para além disso e para além das razões que foram invocadas na proposta, importava

dizer que também não estavam corretamente definidos os recursos financeiros o que, naturalmente, também condicionava qualquer decisão sobre essa matéria. De qualquer forma, a Câmara Municipal de Braga comprometeu-se a fazer um estudo do impacto dessas medidas naquela que era a organização do Município, sobretudo, na disponibilidade de afetação de recursos, sobretudo, recursos humanos, sendo que os recursos financeiros teriam que vir. E, portanto, o Partido Socialista percebia bem essas razões e, naturalmente, iria rejeitar, para o ano de dois mil e vinte e um, a delegação dessas competências no Município de Braga. Mas importava dizer, ainda, que esta pandemia tinha vindo a ensinar-nos algumas coisas. E tinha vindo a ensinar-nos que uma política de proximidade era cada vez mais importante, para combaterem alguns males que, de forma diversa, afetavam a nossa sociedade. Imaginassem que teriam competências mais alargadas nas áreas da educação e da saúde, e estava convencido que muito daquilo que tinha acontecido de negativo, se calhar, teria sido minorado. Reparassem que se houvesse competências específicas nalgumas áreas de saúde, o controle e a capacidade de ocorrer com medidas que evitassem ou minimizassem os impactos que a Covid tinha trazido ao Município, apesar dos números, no seu entender e no entender do Partido Socialista, serem números bastante simpáticos, sinal de que, efetivamente, a vários níveis, tinha sido feito um combate que começava, desde logo, pelos cidadãos. Portanto, tinham que estar conscientes que era preciso, que os municípios passassem a ter, no futuro, competências nessas matérias e também na educação. Os impactos e a forma, as medidas que tinham que ser implementadas, para que a nossa população escolar pudesse decorrer no seu processo de ensino e aprendizagem sem grandes percalços. E, portanto, daí que seria com grande satisfação, que veria um dia, que na área da educação e da saúde, não só as competências que estavam previstas,

mas competências muito mais alargadas, pudessem dar um sinal de autonomia muito maior aos Municípios. Nas que estavam, ali, hoje, estavam de acordo. Era importante, por último, que o Município de Braga começasse, desde já, a fazer o estudo dos impactos que essas medidas teriam sobre a forma como o Município se organizava e a forma como o Município iria organizar-se e funcionar, quando essas competências viessem a ser definidas já a partir de março de dois mil e vinte e dois. A palavra foi dada à **Sr.ª Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para salientar que, relativamente àquela matéria, e embora não fosse nova a posição da CDU, relativamente à transferência de competências ou àquele tipo de transferência de competências que, por um lado, não era realmente acompanhada do devido envelope financeiro, para que o Município pudesse, eventualmente, começar por fazer face àquelas que eram as responsabilidades que se agrupavam naquele tipo de transferências de competências, ao contrário do Partido Socialista, que concordava em não as aprovar para dois mil e vinte e um e também pretensão da Câmara, que dizia que não concordava com competências, hoje, mas que não fechava portas a que pudessem, eventualmente, vir, a ser transferidas para o Município questões que, para a CDU, eram de forma vital tratadas pelo Ministério de Saúde, em primeiro lugar, no que dizia respeito às competências de saúde e pelo Ministério da Educação, no que dizia respeito às responsabilidades de gerir conteúdos escolares, de definir, tanto num lado como noutro, o atendimento e a prestação de um serviço público, que tinha que ser universal e essa universalidade não podia ser garantida com transferências de competências daquele nível para os Municípios. Por mais boa vontade que os Municípios pudessem ter em agarrá-las, a verdade era que havia caracteres de universalidade no serviço público, que tinham que ser mantidos. E, portanto, hoje, aprovavam essa rejeição, passando, ali, também, esta incoerência, que não o era,

mas continuariam a batalhar, por um lado, a dotação e o reforço dos serviços públicos, nomeadamente, na área da saúde e da educação, a nível nacional e a nível das responsabilidades das competências do Estado Central e, por outro, como era óbvio, como também era conhecido, por uma verdadeira descentralização de competências e poderes, que só se confirmaria com a regionalização. Interveio depois o Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA, para referir que o PSD, mais uma vez, iria apoiar a posição da Câmara Municipal, que teve desde o início, no sentido de rejeitar as competências atribuídas pelo Governo Central, basicamente, por uma razão de organização, por uma razão financeira, por uma organização logística, por uma razão de falta de meios tecnológicos e toda a aprovação de alguns regulamentos municipais, que seriam necessários para esta matéria. Saudava-se o projeto, que já foi referido pelo Senhor Deputado João Nogueira, projeto que a Câmara iria fazer no próximo ano de dois mil e vinte e um, para dotar o Município de meios para aceitar algumas competências. E, portanto, nesse sentido, ficavam com uma certa unanimidade ali na Câmara, sobre essa proposta e, de alguma maneira, felicitavam a Câmara por essa unanimidade existente naquele ponto. Evidentemente que as coisas evoluiriam noutra sentido, ou seja, o Município tendo mais alguns meios, mais alguma capacidade, dotados pelo Governo Central, para poder assumir essas competências, com certeza que a sua posição poderia vir a ser diferente. Posta à votação foi a referida proposta aprovada por unanimidade. PUNTO NÚMERO TRÊS – CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA “ALA DA ALIMENTAÇÃO” DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do preceituado na linha p), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco

barra dois mil e treze, de doze de setembro, a deliberação tomada em reunião de nove de outubro em curso, em que o Executivo solicita autorização para a celebração do contrato de concessão, mediante concurso público, de acordo com o programa de concurso e caderno de encargos, da exploração da “ala da alimentação” do Mercado Municipal, proposta que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Aberta a discussão, passou a usar da palavra o **Sr. Deputado da C.D.U., MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA**, para dizer que: “Já tinha a CDU denunciado em sessões anteriores da Assembleia Municipal, nomeadamente, aquando da discussão do novo Regulamento do Mercado Municipal, a visão errada que esta maioria tem para o requalificado equipamento municipal. Confrontados que somos agora com esta proposta de Concessão da ala de restauração do mercado, vimos confirmadas as nossas preocupações: esta maioria quer distorcer o conceito popular e genuíno do Mercado Municipal de Braga, transformando-o numa nova espécie de centro comercial para turista ver. Longe vão os tempos em que PSD e CDS barafustavam contra as concessões da passada maioria socialista. Agora, apresentam-nos uma proposta de concessão que se traduz num verdadeiro negócio das arábias para o feliz contemplado com a concessão. De facto, três mil euros para a exploração de toda a ala de restauração do novo Mercado não é um bom negócio, é um ótimo negócio! Basta analisar o mercado de arrendamento de espaços comerciais na cidade de Braga para facilmente percebermos que o preço base do metro quadrado proposto nesta concessão é muito abaixo do praticado atualmente. É, aliás, incompreensível que não seja apresentado a esta Assembleia um estudo de como foi obtido este valor de três mil euros para esta concessão e por um período extenso de vinte e cinco anos. Mas há mais! O feliz concessionário, além do baixo custo da concessão,

gozará ainda de um período de carência de cinco meses. Curiosamente, esta "benesse" ao concessionário é perfeitamente contrária à hasta pública para produtores e comerciantes do mercado, que, pela sua bancada, além de terem que pagar o metro quadrado a um preço muito mais alto, não beneficiam do período de carência, sendo obrigados imediatamente a quitar a sua mensalidade. Por outro lado, um dos critérios de apreciação das propostas a serem apresentadas, o da mais valia técnica, dota a uma tremenda subjetividade este concurso. O que significa a mais valia técnica? Que segurança terão os interessados em apresentar a suas propostas se este critério altamente subjetivo vale mais do que o preço. Já sabíamos que Ricardo Rio sempre embirrou com feirantes, produtores, vendedores, ou seja, todo o trabalhador de uma atividade que não se coaduna com a ideia pseudomoderna que tem para a cidade. Uma cidade voltada única e exclusivamente para o turismo, esquecendo que muitos bracarenses vivem de pequenos negócios e atividades ligadas ao campo e à produção rural e que as pessoas precisam de comer e de vestir pelo que uma cidade é também o campo e os produtores rurais que ancestralmente se deslocam ao centro das urbes para fornecer os víveres necessários. A visão desta maioria para o requalificado Mercado Municipal representa a condenação daquele espaço, enquanto mercado tornando tal função para atividade acessória: uma feira de exposições onde os produtores, arrumados em pequenas bancas, são visitados para deleite do turista ou de quem ali se desloca à área de restauração. Sim, Sr. Presidente, sabemos perfeitamente que a sua visão para o Mercado Municipal é replicada de, por exemplo, um Mercado da Ribeira em Lisboa, atual Time Out Market, onde os produtores, além de serem poucos, estão acantonados, escondidos, quase envergonhados. Se para a CDU esta ideia de Mercado já é de si criticável do ponto de vista do desenvolvimento orgânico de uma cidade, o que ainda acaba

por chocar mais é que o mesmo se faz sem qualquer benefício para os bracarenses, uma vez que, com a concessão dos espaços de restauração a preço de amigo, a mais valia resultante não chegará sequer para cobrir os custos de manutenção do espaço. Por estes motivos, a CDU não pode concordar com esta proposta de Concessão, que hoje discutimos, por considerarmos que a mesma não se traduz num benefício efetivo para os bracarenses, mas antes um prejuízo que manterá a concessão a preços que não se coadunam com os preços atuais de mercado, ainda por cima durante um longo período temporal de vinte e cinco anos, condenando os próximos presidentes Câmara (que esperamos outro já no próximo ano) a assumir um péssimo negócio para Braga e para os Bracarenses”.

Seguiu-se a intervenção da **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA** que revelava: “Após sucessivos atrasos e com uma derrapagem de mais de milhão e meio de euros, o Mercado Municipal de Braga parece estar em vias de entrar em funcionamento; recorde-se que inicialmente a obra foi adjudicada por cinco vírgula sete milhões de euros e neste momento o custo total ascende já a sete milhões, constituindo uma derrapagem orçamental incompreensível numa gestão pública que se quer rigorosa. O Bloco de Esquerda sempre acompanhou esta obra, tendo reiteradamente denunciado os abusos que se verificaram neste processo, como seja a expulsão dos feirantes que costumavam vender nas imediações do mercado ou a preocupação com a possibilidade de regresso de todos os vendedores que ocupavam o mercado. Infelizmente, o tempo deu-nos razão e constatámos que as nossas preocupações não eram infundadas. Vejamos: Um - Os vendedores do mercado estão a conhecer agora os valores das novas rendas e todas estão a sofrer aumentos. Esta é uma situação incompreensível: a requalificação do mercado municipal é inerente às responsabilidades da Câmara pelo que não podem ser os vendedores

*a pagar a fatura - mesmo que parcial - dessa recuperação. Os feirantes de fora estão obrigados a fazer contratos como se viessem todos os dias e não há sensibilidade para se perceber que no caso dos designados "lavradores", a sua participação é de acordo com os ritmos da produção agrícola e que retiram da sua venda no mercado a sua subsistência básica. Dois - Por outro lado, é urgente garantir a possibilidade de regresso dos feirantes à zona periférica do mercado, onde sempre estiveram e devem continuar a estar, dinamizando a cidade e o seu comércio. Três - Por isso, estranhamos que na abertura concursal para a Ala da Restauração, o valor mínimo seja de três mil euros mais IVA. Poucos serão os candidatos, a não ser que exista já interesse por parte de uma cadeia de distribuição. Em Portugal, e também pela Europa, existem excelentes exemplos de Mercados Municipais que são motores de uma cidade viva e habitada, funcionando como pontos de encontro e de convívio, onde apraz fazer compras e tomar uma refeição. O Bloco de Esquerda exorta a Câmara Municipal de Braga a ouvir os vendedores, os feirantes, os munícipes de modo a que o Mercado Municipal possa ser um espaço de dinamização da cidade, garantindo a inclusão de todas as pessoas que fazem o mercado há tantos anos". Depois foi a vez do Sr. **Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** usar da palavra e dizer que o assunto em questão tratava e fazia parte daquele que era um projeto que o PS entendia como muito importante e que teve origem, aliás, no período da gestão socialista e que permitia requalificar um espaço que estava degradado e recuperar uma zona que também estava degradada, sob o ponto social e sob o ponto de vista da sua vivência. Portanto, era um processo de requalificação que não tinha só a ver com questões de natureza económica, mas, também, de requalificação do espaço, enquanto vivência dos Bracarenses. O que estranhavam era aquela proposta, porque se, por um lado, o Município de Braga, a Câmara*

*Municipal, ia fazer a gestão de todos os outros espaços, não se percebia porque era que não tinha o mesmo procedimento para com esses espaços que funcionavam no mercado como uma espécie de alavanca. Ou seja, seriam estes espaços que dariam uma parte, dariam vida àquela zona, sobretudo, quando o próprio mercado não estivesse a funcionar, naquilo que era a sua responsabilidade e a sua função. Portanto, daí que estranhassem que a Câmara não assumisse a gestão desses onze espaços, o que contrariava com tudo aquilo que fazia quanto ao resto. Não estavam, ali, a discutir a questão que estava em discussão, mas a questão da gestão e também o preço. Sabiam que isso começaria com os três mil euros, podendo ir muito mais. O que achavam, também, era que a concessão era demasiado longa e que o Município poderia correr alguns riscos. Se as coisas corressem bem, não haveria problema nenhum, mas, se as coisas, entretanto, não corressem como deveria ser, um projeto que seria de requalificação, poderia ser de adormecimento da própria zona porque, no seu entender, a requalificação e renovação da vivência daquele espaço, passava muito pela dinâmica que iria ser implementada. E, naquele momento, confiava muito mais na gestão municipal daqueles espaços, apesar da Câmara Municipal dizer que não tinha vocação para isso e não tendo vocação para isso, também não tinha para os outros espaços, mas seria importante, que a gestão fosse feita pela Câmara Municipal de Braga. Era esse o entendimento do Partido Socialista, porque não compreendia, porque fazia a gestão para uns espaços e não fazia para os outros, quando a sua natureza era praticamente a mesma. E, por essa razão, iriam abster-se, porque entendiam que o Mercado Municipal também funcionava como uma âncora para a recuperação e salvaguarda daquele espaço, sob o ponto de vista de vivência e, também, do combate a alguma marginalidade social, que aí pudesse existir. Mais uma intervenção foi registada, agora pelo **Sr. Deputado do***

P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA para, em primeiro lugar, manifestar, ali, a sua estranheza, em nome do seu Grupo, porque aquilo que estavam à espera, naquela fase do debate, era ouvirem intervenções a congratularem-se com aquilo que era a realização duma aspiração e de um sonho, que os Bracarenses já tinham há muitos anos. Estranhava e admirava-se que ninguém se tivesse congratulado com aquele processo, não apenas porque se tratava de recuperar o Mercado, mas, sobretudo, de o valorizar, de preservar a sua traça, de aumentar as suas valências, mas fazer este esforço de forma integrada na realidade de cidade e, sobretudo, preservando aquilo que era tradição do mercado, alinhada com a modernidade, principalmente, no que dizia respeito às exigências que se colocavam àquele tipo de equipamentos. E tinham consciência que o estavam a fazer num momento particularmente difícil do nosso País e da vida da sociedade portuguesa. Este ambiente de pandemia não era, seguramente, o ambiente mais fácil para poderem desenvolver um projeto daquela natureza. Mas havia um compromisso, esse compromisso foi assumido, foi sancionado pelos Bracarenses e estava a ser honrado, ainda com as dificuldades conhecidas de uma obra com aquelas características. Houve melhoramentos feitos durante a obra, houve encargos acrescidos por se tratar duma recuperação, houve situações que não foram detetadas em sede de projeto e tiveram que ser tratadas e resolvidas durante a própria obra e era, pois, natural que houvesse um agravamento de preços. Mas fossem rigorosos, com todos estes encargos, estavam a falar de cinco milhões de euros e não sete, como o Bloco de Esquerda, generosamente, atirou, ali do palanque porque, de facto, não era disso que se tratava e tinham que ser, também, nessa matéria, extremamente rigorosos. Uma nota, também, para dizer que ouviu com atenção a intervenção do Senhor Deputado da CDU e queria dizer-lhe que o valor base do concurso público não

era, obviamente, a valor do que iria ser entregue. Por isso, não tinha essa relevância, podia dizer era o contrário, era que, atendendo às dificuldades existentes, hoje, no País e no momento, se calhar, estavam a partir duma mesma base que partiu, por exemplo, o mercado de Campo D'Ourique, em Lisboa que, em termos económicos, tinha muito mais atratividade, se não estariam a correr um risco de não poderem aparecer interessados por esse valor, porque se, de facto, isso fosse economicamente tão interessante, num concurso público, naturalmente, a dinâmica de mercado em que não acreditavam, sabiam-no bem, naturalmente, que iria atribuir um valor justo, para o negócio que ali estava em desenvolvimento. Por isso, concurso público era concurso público. Acreditavam nas virtualidades do mercado. O preço justo seria encontrado em função dos interessados. O valor não era baixo, porque mercados com outras dimensões, partiram ou de valores idênticos ou, até, de valores inferiores e, por isso, esse interesse estava salvaguardado, mas esse interesse não era mais do que o ponto de partida, para uma lógica de oferta aberta à sociedade bracarense. Dizer, também, que ouviram com atenção a intervenção do Senhor Deputado do Partido Socialista, e que o PS, de facto, falou, durante muitos anos, na recuperação do mercado. Há mais de doze anos, que vinha falando na recuperação do mercado. Mas, o facto era que não o concretizou e houve até momentos em que, naquela Câmara, se discutia se o Partido Socialista privilegiava o desenvolvimento do ECAN/MARN e a sua absorção do mercado pelo ECAN/MARN se, de facto, desenvolvia ou defendia o mercado, mas que não se via investimento naquela estrutura municipal. E, a prova disso, foi que durante esses anos, não houve investimentos significativos e chegou ao estado de degradação a que chegou e que foi confirmado, reconhecido e atestado por todos os Bracarenses. Talvez, por ter chegado a essa fase, foi que acabou por obrigar a obras de maior envergadura,

*com mais gastos e que, inclusive, ao nível estrutural, obrigou a intervenções com características que, inicialmente, não se estimavam como necessárias, mas que acabaram por se constatar em obra, que tinham que ser feitas para, de facto, ficar tudo salvaguardado e de forma adequada, em termos estruturais. No fundo, para dizer que concordavam com o modelo da concessão, porque se na relação da Câmara com a gestão do mercado, naquilo que era as suas componentes tradicionais, a Câmara tinha essa cultura, tinha essa tradição, tinha essa relação e tinha, aliás, diria, servido como um elemento fundamental no diálogo que tinha existido entre a Câmara e as pessoas que lá vendiam e tinha sido esse diálogo frutuoso, que tinha permitido que tudo se tivesse desenvolvido, tivesse vindo a desenvolver com a qualidade, com a elevação, com a elegância, com o empenho e, até, com a atenção da parte do Município, em relação àquilo que eram as expectativas e os interesses de todas as pessoas que vendiam no Mercado Municipal. Não era vocação da Câmara Municipal fazer a gestão dum espaço comercial, com aquelas características. E, daí, que não tivesse inventado nenhuma solução especial para Braga e tivesse feito o mesmo que fizeram os outros mercados com características similares. Era um processo conhecido, transparente ao abrigo da legislação existente, onde esperavam que houvesse muitos participantes, porque isso seria, também, a forma de salvaguardar e de demonstrar, não apenas o interesse dessa estrutura, mas, sobretudo, um dinamismo que queriam conferir ao Mercado Municipal, como espaço dinâmico, que viesse, mais uma vez, valorizar e aumentar o potencial da atração da nossa cidade. Interveio de seguida o Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para referir que o Senhor membro da Assembleia, João Granja tinha, de facto, essa virtualidade de quase os convencer, mas faltava-lhe o quase. De facto, a sensação que tinham era que Braga teve dois mercados e de*

dois mercados não iria ter nenhum. Braga teve dois mercados, teve o mercado municipal e teve o Carandá. Eram dois, o Carandá já não era mercado e este ia a caminho de ser uma praça de alimentação, decorada com alguma coisa à volta. Essa era a sua sensação, de facto, aquilo que lhes parecia que iria resultar dessas obras. Quanto à derrapagem, aconselhava o seu amigo Granja a deixar as contas para o fim, porque prognósticos era melhor no fim, porque feitos a meio do jogo era sempre complicado. Relativamente ao valor, de facto eram três mil euros. Também quando ouviu isso, não percebeu muito bem que eram três mil euros, porque três mil euros qualquer restaurante à volta da Sé, pagava isso de renda e com contratos muito mais draconianos que aquele. Era evidente que a Autarquia, eventualmente, até devia, no mercado, baixar os preços, contribuir para que os preços baixassem. Mas, ali, em teoria, isso poderia ser adjudicado por três mil euros, se não aparecesse quem desse mais, três mil euros era o valor base, ia pelo valor base. A verdade era essa. E era evidente que tinha razão, quem ali referiu, que era uma política de favor, relativamente aos outros comerciantes do mercado. O que tinha acontecido em muitos mercados, que tinham optado por aquela via de recuperação, em que o património imobiliário era de grande valor e, até, de grande valor artístico e monumental, era que, depois, os vendedores apareciam a vender na rua, à volta do mercado, porque a tradição deste mercado, era a senhora que vinha na carreira, com o cesto à cabeça e trazia os ovos, as laranjas de Amares, trazia as pencas da Veiga de Vila Verde. Esses eram a alma do mercado. Não estava a ver onde essa gente iria ficar. Não estava mesmo a ver. Depois, tinha uma coisa, aquela área iria ser concessionada por vinte e cinco anos. Isso iria limitar a capacidade da Autarquia de fazer coisas novas, por exemplo, libertar espaços comerciais no Campo da Vinha, para devolver o Campo da Vinha à cidade. Era uma hipótese. Mas, como sempre, fazia-se tudo em cima

*do joelho, resolvia-se uma coisinha de nada, hoje, amanhã, queriam fazer alguma coisa, já não podia ser, porque eram vinte e cinco anos. Portanto, quanto ao BE, isso era um erro. Podia haver mecanismos de troca. Depois, a Câmara não tinha vocação para administrar isso? Administrava o mercado todo e não administrava, a parte das refeições porquê? O que justificava dois condomínios? A Câmara tinha vocação para servir refeições nas escolas? Mas servia refeições nas escolas, através de uma empresa municipal. Ficavam quase convencidos, mas o quase, ali, era mais importante que o todo. O problema era esse. Viam sempre, poderia ser um defeito deles, mas viam sempre gato escondido e só aparecia o rabo. Depois, registou-se a intervenção do Sr. Deputado da C.D.U., **MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA**, para fazer uma precisão relativamente àquele concurso. A modalidade escolhida pelo Executivo, foi a proposta economicamente mais vantajosa. Poderia, eventualmente, ter sido a de melhor preço. O Código de Contratação Pública só dava essas duas opções, ou economicamente mais vantajosa, ou a de melhor preço. O Executivo optou, e era legítimo que optasse, por uma proposta economicamente mais vantajosa. A grande diferença entre o melhor preço e a economicamente mais vantajosa, era que a economicamente mais vantajosa, podia incluir, e era esse o caso, uma percentagem de mais valia técnica. E isso conseguia admitir num concurso, por exemplo, como foi feito, relativamente há pouco tempo, para uma escultura, para a concessão de construção duma ponte. Agora, para uma situação como aquela, aquilo que melhor beneficiaria, economicamente, até, o Município, seria o próprio desenvolver o que queria, efetivamente, para aquele local, retirando toda a subjetividade do concurso e, depois, adjudicá-la à proposta, efetivamente melhor e melhor para o Município, financeiramente. Não consideravam que ali, neste momento, com uma proposta economicamente mais vantajosa, com aquela carga*

de oitenta por cento, estivessem a ser defendidos os interesses do Município, até porque podiam ter, ali, uma situação em que uma proposta de três mil euros podia ser adjudicada em detrimento de uma de onze mil, se a de onze mil, por exemplo, tivesse zero por cento e a de três mil tivesse cem por cento. Não fez bem as contas, também não era o Engenheiro António Guterres, para perceber bem de contas, mas, “grosso modo”, deveria ser algo na ordem desses valores. **O Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA** usou da palavra, para, em primeiro lugar, e em relação às pessoas que estavam preocupadas com o valor de base ou de licitação, compreendia isso, só para lhes dar uma noção de um exemplo próximo, e era um grande exemplo, o Mercado do Bolhão, que tinha uma área de alimentação superior, a base de licitação foi de dois mil e oitocentos euros. Por isso, não era aí que residia o problema. E essa base de partida, correspondia à opção do Município e à opção da governação, de que não era o aspeto estrito da questão do preço, mas esse era um elemento determinante num combinado de fatores, que iria permitir, precisamente, ter um negócio que permitisse, naquela área, que fosse compaginável com a ideia de mercado que pretendiam. Uma segunda nota, para quem foi abanar o espantalho do centro comercial, da zona comercial, para dizer que ao contrário dos outros mercados, nomeadamente, dos de Lisboa, ali, havia de tal forma uma preocupação em preservar a área tradicional, que a restauração significava, apenas, vinte por cento do todo. Fizessem o exercício de comparar com outras realidades e teriam a justeza de reconhecer, que aquilo era um caso onde a realidade e a parte tradicional estavam salvaguardadas e que não havia sacrifício das funções tradicionais. E não adiantava baralhar, porque já ouviu várias análises e várias opiniões, a tentar confundir aquilo que eram os vendedores regulares, com as Senhoras que vinham das aldeias fazer as vendas pontuais. As

Senhoras que vinham com os cestos, com as galinhas, com os ovos, com os feijões, com os kiwis, vender, tinham um espaço e tinham espaço para a venda pontual e podiam continuar a produzir e a vender, nos termos em que o pretendessem. Tinham uma zona circunscrita, para isso. Agora, realidade diferente, era a de quem queria um mercado com trabalho semanal, em que pedia aos vendedores, que iam ter que ocupar a banca de venda permanente, ao longo de toda a semana. E, naturalmente, os vendedores que estavam habituados a fazer a segunda num concelho, a terça em Braga, a quarta noutro lado, a quinta noutro sítio, tiveram que reavaliar, repensar, dialogar e perceber se queriam esse modelo para si. Porque, inclusive, havia no mercado, duas bancas de grossistas e cujo figurino não se compaginava dessa realidade. O mercado era uma realidade rica e diversificada e que estava preservada e que todos tinham o seu espaço e continuavam a ter o seu espaço, tal como a zona das flores, tal com a zona dos talhos, tal como a zona de venda das bananas. Por isso, havia a preocupação de preservar essas várias realidades. E, em relação à articulação com os espaços tradicionais do mercado, a Câmara tinha, mantinha e vivificava essa relação. Em relação ao espaço de restauração, pelas suas características, pela sua dinâmica, pelas suas regras, à semelhança do que aconteceu com grande parte dos mercados do País, entendeu proceder à concessão. E, quando se dava o exemplo das refeições da Bragahabit, era um mau exemplo, porque a Bragahabit, a Câmara não fazia refeições, também fazia concurso público e também entregava a uma empresa. Por isso, era um exemplo infeliz que, pelo contrário, veio suportar a opção que fizeram em relação à concessão. Por isso, ficassem tranquilos, ficassem sossegados, porque esses aspetos estavam salvaguardados. Havia uma ideia rica, diversificada e que preservava o histórico do nosso mercado municipal e iriam todos esperar que fosse o sucesso que almejavam e

que era ambição dos Bracarenses ao longo destes anos e que, agora, estava a ser concretizado. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com trinta e nove votos a favor, com vinte abstenções e com sete votos contra. PONTO NÚMERO QUATRO – DESAFETAÇÃO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO, SITAS NA RUA FONTE DO GRILO FREGUESIA DE GUALTAR (RETIFICAÇÃO).** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do preceituado na alínea q), do artigo vigésimo quinto Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo, aprovada em reunião de dezanove de outubro do ano em curso, com vista à retificação da desafetação de duas parcelas de terreno do domínio público municipal, com as áreas de cento e oitenta vírgula setenta e dois metros quadrados de espaços verdes e quarenta e quatro metros quadrados de espaço de equipamento, num total de duzentos e vinte e quatro vírgula setenta e dois metros quadrados, sitas na rua Fonte do Grilo, freguesia de Gualtar, concelho de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos começou por ser dada a palavra ao **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA**, para dizer que a Junta de Freguesia de Gualtar era, obviamente, a favor daquela proposta, no sentido do e-mail que enviou à Câmara, mas ressaltava sempre a questão, que considerava ser um ponto importante na votação, de solicitar à Câmara que esse valor revertesse para um parque infantil na freguesia. Achava que era uma medida que deveria ser, até, norma, naquele tipo de situações, ou seja, que o valor daquelas expropriações, que faziam parte do território das freguesias, revertessem para obras, diretamente, daquele que era o espaço da freguesia. Iriam votar a favor, até porque informaram a Câmara dessa medida, mas colocando essa condição

que considerava devida, porque o que estava em causa era o território que pertenceria à própria freguesia e que fizeram chegar ao Município nesse sentido. No caso de Gualtar e explanando isso a outros casos, que poderiam acontecer no mesmo género, eram a favor desde que esse valor revertesse a favor da freguesia e isso estaria validado pelo Município. Registou-se, depois, a intervenção do **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para informar que já tinham uma intenção de voto, só que ficaram, agora, um bocado baralhados e gostavam que o Sr. Presidente da Câmara explicasse melhor aquele ponto, sendo certo que tinha sido prática comum, por parte dos serviços da Câmara, não darem indicações do polígono que pretendiam desafetar, devendo ser uma obrigação do Município, porque só dessa forma era possível analisar os constrangimentos de uma desafetação de terreno. Restava-lhes fazer fé daquilo que estava inscrito nos documentos que estavam associados ao processo e voltar a insistir que aqueles documentos fossem devidamente informados. Voltou a usar da palavra o **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA**, para informar que se tratava de terreno do domínio público municipal, mas sendo território que depois ficava afeto à própria freguesia e que agora ia ser disponibilizado a particular, a Junta de Freguesia deu um parecer, no sentido de que a contrapartida financeira, que era dada pelo Município, revertesse a favor de mais valias na própria freguesia. O **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA** interveio para relembrar que aquela decisão já tinha sido tomada numa anterior Assembleia. Por isso, a discussão de mérito já foi tida noutra oportunidade. O que aconteceu, foi que a deliberação ali tomada, não identificava a autonomização de dois artigos que, apesar de ser uma área pequenina, eram dois artigos. E, para depois ter tradução registral da decisão da Assembleia Municipal, isso tinha que

ser identificado. A natureza da composição do território estava bem identificada. Não estava identificado, especificamente, que se tratava de dois artigos independentes e autónomos. Nessa medida, voltou à Assembleia, apenas para retificação desse ponto específico. No entanto, julgava não se perder nada, conversarem e discutirem sobre as matérias, sem que em relação àquilo não houvesse, da sua parte, nenhuma razão, para alterar a posição que já tomaram em anterior Assembleia. No entanto, ouviram com atenção, a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar e percebiam e respeitavam a sua pretensão e estavam em crer que se, de facto, havia necessidade de um equipamento com as características que precisava para a sua freguesia, saberia, com certeza, sensibilizar e a Câmara ficar sensibilizada, para o dotar de meios para poder construir, através desse apoio. O que julgava não ser correto, no plano dos princípios, que colocasse, em sede de Assembleia, era que as Juntas de Freguesia davam parecer favorável e, depois, ficavam à espera do retorno de algumas das verbas que prescindiam dessas decisões, sob pena, sabendo que as Juntas de Freguesia tinham carências que, quase diria, limitadas, em termos de projetos e de ideias, corriam o risco de terem pareceres emitidos com o objetivo de salvaguardar retorno e não, necessariamente, pareceres independentes. E, sobretudo, porque muitas dessas decisões se situavam nas freguesias da cidade e nas zonas circundantes, seria uma forma desequilibrada de estar a financiar aquelas Juntas de Freguesia em detrimento das freguesias que, normalmente, não eram alvo ou bafejadas com aquele tipo de decisões ou de questões. Por isso, percebiam a posição do Sr. Presidente da Junta. Percebiam a sua pretensão. Achavam ser justa a intenção. Achavam que era perigoso consagrar um princípio daquela natureza, porque isso poderia condicionar a isenção da emissão de pareceres que, obviamente, não se devia deixar condicionar por aspetos dessa

natureza. Foi dada a palavra ao Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA, para dizer que foi ali, não por se tratar duma questão no território de Gualtar, mas porque a teoria que ali foi explanada pelo Sr. Deputado João Granja, que concordava em teoria, mas que, efetivamente, não corria a linha do que tinha sido a prática. Ainda numa recente Assembleia Municipal, também foi desafetado um terreno e subjacente a essa desafetação, o valor dessa desafetação, depois de ser vendido a um particular, iria reverter para a remodelação de um moinho. E, portanto, não podiam ter dois pesos e duas medidas, relativamente àquela matéria e a doutrina tinha que ser igual sempre. Ali, não se tratava de sensibilizar a Câmara, para fazer um parque infantil, inclusive, até, de um parque infantil na escola de primeiro ciclo, que foi retirado e nunca mais recolocado. Trava-se, ali, de aproveitar uma oportunidade que tinha sido dada a outros, para poder, com isso, beneficiar a freguesia que se viu diminuída de um bocado de terreno de área verde, que existia e que não fazia falta nenhuma, mas que tentava compensar uma coisa com outra. Voltou a usar da palavra o Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA, para esclarecer que poderia ter acontecido, de facto, alguma situação daquela natureza numa Assembleia onde não estivesse presente, mas era importante não confundir duas situações. Uma, que já era antiga, porque aqueles pedidos da Juntas de Freguesia já tinham anos, diria décadas. Porquê? Porque uma coisa era a pretensão das Juntas de Freguesia nesse sentido. Outra coisa era emitir parecer com aquelas condicionantes. A deliberação da decisão, em sede de Assembleia, foi aprovada. Mas o que constava do parecer da Junta de Freguesia, não vinculava a Câmara, nem vinculava a Assembleia, razão pela qual, perguntava qual era o primeiro caso que conheciam, em que tivesse havido a alienação e que tivesse havido a reversão direta da proporção do dinheiro. Não

havia, que soubesse, nenhum caso, mas a Câmara estava, ali, para esclarecer. Estava, ali, o Vereador do pelouro, para esclarecer. Juntas de Freguesia a pedirem aquilo, muitas. Aprovações na Assembleia de propostas que referiam pareceres, nesse sentido, bastantes. Agora, isso não vinculava a Assembleia Municipal, os pareceres das Juntas de Freguesia, nem sequer as suas pretensões, que eram legítimas e compreensíveis, mas não havia, que soubesse, mas dessem um primeiro exemplo, que tivesse havido transferência direta de percentagem do dinheiro resultante da alienação, para uma freguesia. Dessem um exemplo, um só, onde isso já tivesse sido pago. Dissessem a freguesia e o caso em concreto. Não havia. Moinhos havia muitos. Pussem o nome. Estava, ali, o Vereador para afirmar ou infirmar. Estavam a falar de coisas objetivas. Porque uma coisa era a Junta de Freguesia pedir. Uma coisa era ser sensível. Outra coisa era saberem da pretensão da Juntas de Freguesia. Agora, consagrar um princípio desses e receber um cheque na proporção da expropriação, que soubesse, nunca aconteceu. Mas dissessem qual era a freguesia e onde estava o moinho. Dissessem qual era a freguesia, o montante e o moinho. Agradecia imenso os exercícios de imaginação. **O SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA** disse que, independentemente, dessa discussão paralela, o que estava, ali, em causa era uma coisa completamente diferente. A Junta de Freguesia abdicava de uma zona que, eventualmente, seria uma área verde ou uma área de domínio público e que tinha um *x* metros que consideravam que poderiam ser, ou não, mais ou menos importantes no espaço da freguesia e dando uma contrapartida à inexistência desse espaço, foi isso que remeteram ao Município. Aliás, teve uma conversa com o Sr. Presidente da Câmara que poderia confirmar e não fizeram nenhum preço, não era nenhum cheque. Foi dito que havia uma necessidade na freguesia, assim

como havia mais. Até sugeriram à Câmara, enquanto Junta de Freguesia, que outras situações análogas de terrenos que muitas vezes existiam, muitos no concelho, que davam despesa às freguesias e à Câmara e que muitas vezes serviriam melhor o interesse de serem expropriados e vendidos ao privado e, depois, transformar esse dinheiro ou esse valor em mais valias na freguesia, seriam sempre de interesse. Gualtar, não sabia se outras freguesias o teriam, tinha vários exemplos desse género. E não era sequer uma situação de “toma lá dá cá”. Achava ser um sentimento de justiça. Ou seja, dizer que a Junta de Freguesia abdicava, desde que em contrapartida, o dinheiro que era dado ao Município nessa contrapartida, revertesse para um parque infantil, que poderia ser de vinte e dois, de vinte e três, de dezanove ou dezoito, não interessava. O que interessava era que o espaço que Gualtar abdicava, que era de alguma meia dúzia metros, nesse sentido, revertesse numa mais valia objetiva. Achava que o dinheiro de uma expropriação em Gualtar não devia ir para uma freguesia que não fosse Gualtar. Era isso que entendiam e foi isso que fizeram chegar ao Sr. Presidente da Câmara, que julgava ter concordado com aquilo que lhe foi proposto. Agora, poderia confirmar ou não. A questão era que, pessoalmente, achava e todos concordavam, todos os Presidentes de Junta pensavam dessa forma, que em futuras vendas, expropriações de terrenos, revertissem em favor da freguesia. As freguesias tinham, muitas vezes, necessidades que de outra forma não conseguiriam responder. Julgava não se tratar de um cheque, sendo que a palavra cheque foi infeliz. Tratava-se, simplesmente de dizer que tinham que abdicar de uma parte do território a favor de um privado, o dinheiro que esse privado pagava por esse território, revertia numa mais valia da freguesia. Era só isso. Interveio de seguida a Sr^a. **Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS** para referir que muito embora o Sr. Deputado João Granja e o Sr.

*Deputado Pedro Sousa ou qualquer outro Deputado, quisessem aquilar sobre que freguesia que já esteve ou não naquelas condições, julgava que não deixava de ser triste que naquela Assembleia se desviassem do que estava a ser votado, que era a alienação de um espaço que poderia, de facto, ser um espaço verde. Aliás, foi por esse motivo que a CDU tinha votado contra aquela proposta e mantinham o sentido de voto, porque ela não se alterou, substancialmente. No entanto, estavam, ali, a discutir que tipo de contrapartida, que as Juntas podiam ou deviam ou de que forma podiam fazê-lo, mais ou menos diretamente, pedir ao Município para ceder as suas áreas verdes. Julgava estar tudo dito sobre o nível de preocupação que estavam a ter com o nosso território e com o aproveitamento que se devia fazer dele em prol das pessoas que viviam nessas urbanizações e que precisariam, de facto, do espaço verde. Não bastava falar de Central Park ou de Hyde Park, já não se lembrava do termo preciso, mas podiam falar de espaços verdes, precisamente, naquelas pequenas urbanizações. Admitia que tivesse muitas necessidades na freguesia, não só da construção do parque infantil, como muitas outras, mas as freguesias não podiam estar sujeitas, e ali concordava com o que o Deputado João Granja disse, a uma espécie de chantagem e de aliciamento. O que estavam, ali, a discutir, era uma venda de uma parte de terreno que poderia ser aproveitada, por exemplo, para beneficiar as pessoas que lá viviam, mas estavam preocupados a trocar galhardetes, sobre que contrapartidas podiam ser retiradas do Município. Voltou a intervir o **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA**, para referir que, se calhar, alguns dos Senhores Deputados deveriam perceber as dinâmicas e as formas e do que se tratava, efetivamente. Não se tratava de retirar parte de espaços verdes. Tratava-se de espaços verdes que, muitas vezes, não serviam nada, nem ninguém e que só*

*causavam problemas e era disso que estavam a falar. Havia espaços verdes intratáveis, espaços sobrantes de loteamentos, partes de loteamentos que não interessavam a ninguém e que, se calhar, muitas vezes, interessariam mais estarem devidamente cuidados, estarem devidamente tratados, em vez de estarem abandonados e serem intratáveis. Mais, o custo que alguns desses espaços tinham nas freguesias, era uma enormidade. E, portanto, era preferível ter um espaço como o parque infantil ou outra área qualquer tratada, que servisse as pessoas, do que ter um espaço onde cresciam ervas, que era difícil de tratar, que estava abandonado, que ninguém se interessava por ele, que estava num espaço que ninguém passava. Achava que essas áreas, muitas vezes, deviam ser avaliadas, sob esse ponto de vista. Se não serviam o interesse da comunidade, numa determinada perspetiva, deviam servir noutra, de forma a que sendo preferível passá-lo para outro domínio, servisse, depois, o interesse da freguesia, naquilo que, realmente, interessava às pessoas, que eram espaços que elas usassem, ao contrário de espaços que não eram usados por ninguém. Interveio, ainda, a **Sr^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para, dirigindo-se ao autarca de Gualtar, dizer que os lotes ou os espaços, que não estivessem tratados, gostava que lhe explicasse o que era ser intratável. Era óbvio que qualquer espaço, mas isso poderia garantir-lhe a cem por cento, que era uma coisa rara na nossa vida, que fosse votado ao abandono, era verdade que iriam crescer ervas daninhas, era verdade que não ia ser utilizado, mas parecia-lhe ser um argumento, ainda mais rasteirinho, dos que estavam a ser usados. Quando não havia interesse e não havia iniciativa, era óbvio que havia trinta e uma mil maneiras de ocupar espaço a favor das populações. De facto, não tinha dinheiro para ter espaços de cinquenta metros, mas a verdade era que o que se decidia fazer com eles, era aí que estava a questão. E não concordavam que se decidisse*

isso em função de outras decisões que, ao contrário do que o Sr. Presidente disse e que demonstrava bastante da vontade em arranjar fosse qual fosse a solução, o que ali foi dizer foi que havia espaços que eram intratáveis, portanto, mais valia fazer algum dinheiro com eles do que oferecê-los à população com o investimento devido. Foi o que o Sr. Presidente ali foi dizer. E a verdade era que, a seu ver, não havia espaços intratáveis, havendo espaços que poderiam, de facto, estar abandonados, e que não deviam, concordavam com isso, mas o que não concordavam era que, à boleia daquela ideia de que o que estava parado há mais de x tempo, era melhor alienar, era melhor tirar, era melhor vender, para estar a ser rentabilizado, quando havia outras alternativas, que podiam ser estudadas e investidas, isso sim, parecia-lhe, até, irresponsável. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para dar três notas muito breves sobre aquele tema. A primeira era um avivar de memória, como já, ali, foi referido, aquela era uma deliberação que já foi aprovada, pelos órgãos municipais, inclusive, por aquela Assembleia, onde não se gerou aquela discussão, estavam a retificar questões de natureza formal. Em segundo lugar, o princípio da alienação daquelas parcelas e, ali, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar, já disse tudo. De facto, não se tratava de parcelas que pudessem ter qualquer utilidade pública. Eram parcelas sobrantes de loteamentos, de espaços de construção, em que os promotores foram obrigados a ceder essas mesmas parcelas ao espaço público, mas a verdade era que se tratava de espaços ou absolutamente exíguos, ou sem qualquer tipo de aproveitamento para a fruição pela generalidade da população. Não eram espaços que suscitassem qualquer tipo de construção e o que geravam era custos de manutenção, para as autoridades públicas muito superiores a isso. E, portanto, obviamente, que serviam os mesmos

*fins, se tivessem na posse de um privado, do que aquilo que estariam no espaço público, aquando do seu licenciamento. A terceira questão que, ali, queria enfatizar, era a questão da contrapartida. Não houve, até hoje, nenhum processo em que a alienação de uma parcela de terreno, tivesse qualquer tipo de consignação de receita a um investimento na freguesia. E, em concreto, isso nunca poderia, nem iria acontecer. Coisa diversa era, obviamente, pensarem que, em determinados contextos, num determinado local, em que havia uma parcela que tinha sido cedida para a fruição pública, mesmo que na verdade não tivesse trazido grande utilidade, a receita que a Câmara ia arrecadar com a alienação dessa parcela, pudesse reverter em benefício da população que essa mesma parcela, teoricamente, deveria servir. E foi isso, exclusivamente, que aconteceu, naquele caso em concreto de Gualtar, porque não houve, ali, nenhuma negociação, nem nenhuma exigência da parte do Sr. Presidente de Junta, para dizer ou lhes davam aquilo, ou não havia alienação. O que lhes colocou e os sensibilizou foi que, já que iam encaixar aquela receita, havia uma necessidade daquele loteamento de criar um espaço de fruição para a população, portanto, aproveitassem, investissem e aceitariam. Obviamente, que nenhum dos Senhores Presidentes, permitissem-lhe essa frontalidade, poderia alguma vez exigir, que sempre que houvesse uma parcela a alienar, tivesse que ser como contrapartida do investimento naquela freguesia, porque, muitas vezes, podia nem sequer se justificar. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com sete votos contra e com cinco abstenções. PONTO NÚMERO CINCO – DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO, SITA NA RUA DO MONTE, UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESTE (SÃO PEDRO E SÃO MAMEDE)**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do preceituado na alínea q), do artigo vigésimo quinto, Anexo um, da Lei número setenta e cinco*

barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo, aprovada em reunião de dezanove de outubro do ano em curso, com vista à desafetação de uma parcela de terreno do domínio público municipal, com a área de vinte e três vírgula noventa e sete metros quadrados, sita na rua do Monte, freguesia de Este (São Pedro e São Mamede), concelho de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com dezanove abstenções.** **PONTO NÚMERO SEIS – DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO, SITA NO LUGAR DE VILA NOVA, PAVILHÃO CINCO, RUA DO PARQUE COMERCIAL, INTEGRADA NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÕES E NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE LOMAR E ARCOS.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do preceituado na alínea q), do artigo vigésimo quinto, Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo, aprovada em reunião de dezanove de outubro do ano em curso, com vista à desafetação de uma parcela de terreno do domínio público municipal, com a área de quinhentos e vinte metros quadrados, sita no lugar de Vila Nova, pavilhão cinco, rua do Parque Industrial, integrada na União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações e na União de Freguesias de Lomar e Arcos, concelho de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Registou-se a intervenção do **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para revelar que não podia deixar de manifestar, até diria, a sua tristeza, com a desvalorização que ali se fazia com o que era público. Tudo o que era público não valia nada. Quando passava para o privado, adquiria um valor que era uma coisa doida. E como estavam em Roma, levaria, ali, a célebre parábola da vinha, em que o Senhor

dizia “ficei vigilantes” e, quando regressou, estava tudo a dormir. E era o que se passava, ali, na Autarquia. Se calhar, era melhor estar calado. Não disse que os Senhores Deputados ou os membros da Assembleia estavam a dormir, mas se algum acordou, ótimo. Naquele caso, como em muitos outros, a empresa que pretendia desafetar aquela área, já tinha aquilo vedado e em uso industrial, há muito tempo. Ou seja, já estava a lesar o erário público há muito tempo e, pelo menos isso, devia ser referido, porque havia coisas que, de facto, principalmente, quem não tinha Vereadores, tinha dificuldade em alcançar algumas coisas. Se fossem explicadinhas, seriam capazes de entender. Agora, quando não explicavam, ou escondiam e deixavam só o “rabo” de fora, não conseguiam perceber. Naquele caso era isso, eventualmente, a solução era essa, mas teriam que votar contra. Mas convinha explicar, porque mesmo aquela situação que, pelos vistos, já foi, ali, à Assembleia, o que se deveria dizer era isso mesmo, que era para corrigir um erro administrativo e todos sabiam disso. Mas se dizia, não dizia no documento síntese. Foram lá ver o terreno, mas no terreno não dizia que já tinha ido à Assembleia. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com vinte abstenções.** **PONTO NÚMERO SETE – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas na reunião do Executivo Municipal de dezanove de outubro do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “Conduta de águas pluviais na rua do Carregal - Arentim”, no montante de vinte

e quatro mil oitocentos e vinte e seis euros e sessenta e oito cêntimos; Dois - União de Freguesias de Crespos e Pousada, para a execução da obra denominada “Alargamento e beneficiação da rua de Cortinhas – Crespos”, no montante de duzentos e setenta e um mil duzentos e oitenta e dois euros e sessenta e dois cêntimos; Três - União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, para a execução da obra denominada “Rua José Gomes Ferreira (segunda fase) (aditamento) – Trandeiras”, no montante de quatro mil trezentos e vinte euros e quarenta e cinco cêntimos; Quatro - Junta de Freguesia de Figueiredo, para a execução da obra denominada “Requalificação de passeios – rua das Pedreiras”, no montante de dezassete mil seiscentos e vinte e dois euros e cinquenta cêntimos; Cinco - Junta de Freguesia de Tebosa, para a execução da obra denominada “Requalificação de muro de suporte ao Caminho – rua da Seara”, no montante de onze mil setenta e dois euros e oitenta e um cêntimos; Seis - Junta de Freguesia de Ruílhe, para a execução da obra denominada “Alargamento da rua de Ruílhe – retificação de medições – aditamento”, no montante de onze mil duzentos e vinte euros e quarenta e quatro cêntimos. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com duas abstenções.** **PONTO NÚMERO OITO – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas na reunião do Executivo Municipal de dezanove de outubro do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas de Freguesia: Um - União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, destinado a apoiar a “Execução de armário na EB um de Fradelos”, no valor de dois mil oitocentos e cinquenta e três euros e sessenta cêntimos; Dois - União de

*Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, destinado a apoiar a “Reparação de passeios na rua do Apeadeiro – Aveleda”, no valor de seis mil setecentos e dois euros e nove cêntimos; Três - Junta de Freguesia de Tebosa, destinado a apoiar a “Reconstrução da mina e aproveitamento da água - rua do Calvário”, no valor de trinta e um mil sessenta e nove euros e dezoito cêntimos; Quatro - Junta de Freguesia de Adaúfe, destinado a apoiar a “Reposição de tout-venant na rua da Encosta”, no valor de seis mil quinhentos e cinquenta euros e oitenta cêntimos; Cinco - União de Freguesias de Arentim e Cunha, destinado a apoiar as “Despesas efetuadas com a requalificação de caminhos”, no valor de quatro mil duzentos e quarenta euros; Seis - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (São Vicente e Santo Estevão), destinado a apoiar os “Serviços e equipamentos não contemplados no projeto inicial do edifício multiusos de Escudeiros”, no valor de quarenta e dois mil e quinhentos euros; Sete - Junta de Freguesia de Sobreposta, destinado a apoiar a “Colocação de ventilação no pavilhão gimnodesportivo”, no valor de cinco mil seiscentos e trinta e nove euros e vinte cêntimos; Oito - Junta de Freguesia de Priscos, destinado a apoiar a “Pintura de edifício escolar”, no valor de cinco mil cento e sessenta e dois euros e vinte cêntimos; Nove - União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, destinado a apoiar a “Aquisição de viatura para serviços de apoio ao desporto e associativismo da autarquia”, no valor de dez mil euros; Dez - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, destinado a apoiar o “Melhoramento dos balneários, muros e sistema de rega do campo de futebol de Frossos”, no valor de vinte e seis mil trezentos e catorze euros e catorze cêntimos. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com duas abstenções.***

PONTO NÚMERO NOVE – RECOMENDAÇÃO SOBRE ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA E RESÍDUOS. Neste ponto

da ordem de trabalhos usou da palavra o Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA, PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E TURISMO, para informar, em primeiro lugar, que a Comissão a que presidia, entendia que na política tinham que ter capacidade de decisão e decidir em tempo útil tudo aquilo que se relacionava com o bem-estar ou com o aumento da qualidade de vida ou com o aumento da qualidade dos serviços, para todos os Bracarenses. Daí, que a exemplo do que já aconteceu com outra recomendação, faziam jus a um princípio que era de entre cada uma das Assembleias Municipais, deliberar, apreciar e remeter o trabalho, para que em tempo útil, esse se pudesse concretizar. Isso, também aconteceu, relativamente àquela recomendação, que tinha a ver com a integração automática da tarifa social da água. Depois da deliberação de vinte e cinco de setembro, decidiram promover uma reunião, que foi marcada para o dia catorze de outubro, dada a disponibilidade do Dr. Rui Morais, Presidente do Conselho de Administração da Agere e também do Sr. Presidente da Câmara, que delegou na Dr^a. Ana Ferreira, Chefe de Gabinete, a representação, enquanto Vereador e era o primeiro dos Vereadores, Vereador da área social e assim fizeram, para quê? Para ouvir e para se perceber, como se poderia acolher a proposta e, até que ponto, esse acolhimento teria execução prática e também perceber as disponibilidades e os quantitativos financeiros envolvidos. Nessa matéria ouviram o Dr. Rui Morais e a Dr^a. Ana Ferreira e a partir daí começaram a perceber, que o que estava em questão, tinha a ver com a tarifa social da inclusão automática, ou não, dependendo da vontade do Município, para famílias carenciadas, cujos critérios já tinham sido definidos, nomeadamente, no Decreto-Lei cento e quarenta e sete, de dois mil e dezassete. O que estava em discussão e que o Dr. Rui Morais os alertou e que os membros da

Comissão ficaram conscientes disso, era que já estava legitimado, por aquele Decreto-Lei, aquela questão da inclusão social numa tarifa e o que teriam que fazer era percebê-la e, depois, elaborar uma proposta, tendo em conta a pandemia que vivíamos e que obrigava a agir o mais rápido possível. Depois dessa reunião, e para que todos percebessem como aquilo foi desenvolvido, resolveram, rapidamente, marcar uma reunião para um grupo de trabalho e, nessa ocasião, também com o conhecimento e com a anuência da Comissão, deram conhecimento à Comissão de Assuntos Sociais de que iriam reunir e tentar, até ao final do tempo útil, inscrever a sua proposta na ordem de trabalhos para aquela sessão da Assembleia Municipal. Portanto, deram nota disso e, inclusive, fizeram o convite, através do próprio, no sentido de alguém da outra Comissão pretendesse participar, enquanto membro da Comissão de Assuntos Sociais, uma vez que aquela matéria foi remetida para as duas Comissões, se pudesse pronunciar. Tinha falado com a Dr^a. Cláudia Alves, Vice-Presidente dessa Comissão, que poderia testemunhar. E, portanto, deu sempre nota à Dr^a. Cláudia Alves, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, das suas démarches e da sua deliberação. Era evidente, que tendo em conta o agendamento que fizeram na sua Comissão, não poderiam esperar e não o poderiam fazer, porque estavam numa pandemia, que cada vez mais prejudicava os agregados familiares, sobretudo aqueles que tinham graves carências económicas. E, portanto, na política, ou eram ágeis ou, então, não valia a pena, porque deixar a decisão para uma altura em que os efeitos da pandemia já seriam menores sobre as famílias, não teria interesse. Mas não queria ir por aí, só queria dizer que chegaram, com a representação de todos os partidos, nesse grupo de trabalho e, mais tarde, na Comissão, à consensualização de uma proposta. Uma proposta que tinha a ver, apenas, com questões do tarifário social. Não tinha nada a ver com a introdução

de uma nova política social, para o Município, mas de uma tarifa social, cujo Decreto-Lei previa, inclusive, que era voluntária a sua admissão, por parte da Câmara. Foram informados, na altura, porque já vinha desde a gestão socialista, que esse tipo de apoio passou de sessenta mil euros, para duzentos mil euros. E, nessa proposta, o que entenderam fazer? Por um lado, recomendar uma simplificação dos processos, percebendo que a integração automática dependeria de um outro trabalho que, neste momento, estava em curso. Naturalmente, intensificar, a divulgação junto das famílias carenciadas daquele tipo de apoio, que a Câmara Municipal já o dava e atenção, a Câmara Municipal, no âmbito daquele Decreto-Lei, já incorporou um critério, porque também aí esse Decreto-Lei dava essa possibilidade, tinha esse instrumento, que os Municípios podiam aplicar e era por isso que, no seu entendimento e presumia que no entendimento de todos os membros da Comissão, a questão da tarifa que era aplicada às famílias numerosas, era um critério que a Câmara estabeleceu, tendo em conta, também, o âmbito daquele Decreto-Lei. A questão era que estavam perante um tarifário social, cuja legitimidade social já foi feita em dois mil e dezassete, através daquele diploma legal. Gostava de alertar para a consensualização que houve, relativamente àquela matéria. O tempo útil que entenderam dar àquilo, era porque neste momento o Plano de Atividades e Orçamento do Município estava a ser elaborado e entendiam que muitas outras famílias poderiam ocorrer àquela pedido e se não tivessem a possibilidade de aprovar, hoje, ali, nomeadamente com a recomendação de que a Câmara poderia reforçar ou deveria reforçar, se assim o entendesse, aquele apoio, prevendo um aumento da verba, para o efeito, perderiam, naturalmente, essa situação. Poderiam, no futuro, através de uma revisão ou alteração orçamental, aumentar o reforço dessa verba. Portanto, estava, ali, a proposta, que mereceu e foi consensualizada, que foi feita em tempo

útil e que foi feita num espírito de trabalho e que foi sempre, depois da primeira reunião de catorze de outubro, comunicada, através da Vice-Presidente, com o pedido de comunicar tal situação à Sr.^a Presidente, convidando, inclusive, alguns membros da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, a participar nos seus trabalhos e a participar, também, na deliberação. Estava, ali, o trabalho da Comissão, que tinha, apenas, como intuito qualificar ou poder simplificar o acesso das famílias mais carenciadas a uma tarifa de água e de resíduos. A palavra foi depois dada à Sr.^a **Deputada do P.S.D., FILOMENA MARIA BEIRÃO MORTÁGUA SOUSA FREITAS BORDALO, PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS E SAÚDE**, para salientar que: "Na política não basta ser ágil, ser rápido, há outras qualidades muito mais importantes na política, nomeadamente, não crucificar ninguém, nomeadamente, ser mais direto, mais transparente, que consiga duma forma mais realista, explicar exatamente o que se passou. Não vou entrar como Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais e da Saúde, não vou entrar nesta discussão, vou apenas preocupar-me com aquilo que é essencial e começo por dizer, que manifesto, aqui, publicamente, toda a confiança pessoal e política na Senhora Vice-Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais e Saúde, que nunca veiculou qualquer convite expresso pelo Senhor Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos, Empresas Municipais e Turismo, para se fazer um trabalho em conjunto. Depois, quero dizer-vos que tudo isto tem um foque especial, pelo facto desta recomendação ter baixado, simultaneamente, a duas comissões, à Comissão dos Assuntos Económicos, Empresas Municipais e Turismo e à Comissão dos Assuntos Sociais e Saúde. E, por isso, é que porque, de facto, não tivemos nenhum convite, para se fazer um trabalho em comum, de forma articulada, como continuo a defender que deveria ser, a Comissão dos Assuntos Sociais e Saúde

reuniu, numa reunião extraordinária e, face ao que se está a passar decidi, e é isso que vos quero transmitir, em nome da Comissão, e esta decisão foi votada e teve apenas uma abstenção, a Comissão decidiu manifestar estranheza pelo envio à Assembleia Municipal, do parecer da Comissão dos Assuntos Económicos, Empresas Municipais e Turismo, sem uma articulação prévia, com a Comissão dos Assuntos Sociais e Saúde. Mas também decidiu manifestar estranheza pelo agendamento desta matéria com o parecer, apenas, de uma das comissões, quando tinha sido encaminhado este processo para as duas comissões. Face a isto, a Comissão dos Assuntos Sociais e porque na agenda desta Assembleia foi possível pela agenda, termos acesso ao conteúdo do documento que foi presente hoje, emitido pela Comissão dos Assuntos Económicos, Empresas Municipais e Turismo e, face ao teor desse parecer, que hoje está aqui em debate, a Comissão dos Assuntos Sociais e Saúde considera justificar-se o aprofundamento e a continuidade do debate sobre esta matéria. Assim, a Comissão dos Assuntos Sociais e Saúde, porque não se demitiu das suas competências e responsabilidades e disso tem dado provas nesta Câmara e neste mandato e não se sente, para já, desobrigada de as exercer, informa esta Assembleia, que após articulação com a Comissão dos Assuntos Económicos, Empresas Municipais e Turismo, articulação prévia tal e qual como é devido, enviará à Mesa da Assembleia o seu parecer, sobre esta recomendação que está na agenda, salvo se esta Assembleia considerar que a matéria fique hoje cabalmente analisada". Voltou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA, PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E TURISMO**, para salientar que: "Quem, efetivamente, não quer entrar em polémicas, sou eu, porque tenho a consciência perfeitamente tranquila. Porque eu procurei articular

e estou à vontade, porque estavam, ali, todos os membros da Comissão, que sabem que, nomeadamente, no âmbito das reuniões que efetuamos, dei nota disso e dei nota, também, desta preocupação. O mesmo não aconteceu com a outra Comissão, que nunca procurou contactar-me, no sentido de poder articular esta questão. E, depois, eu entendo, também, que ninguém está submisso a ninguém. Nós fizemos um trabalho. E a pergunta é esta: o trabalho é válido? Serve para os interesses do Município? Muito bem. Se não serve, vamos discuti-lo. É evidente que este trabalho, e possivelmente, não leram a recomendação toda, a proposta de recomendação diz que o trabalho continua, até porque nós queremos perceber qual é o universo das pessoas, das famílias que podem vir a ser contempladas. Nós queremos perceber, efetivamente, se a Câmara, e essa dúvida subsiste, já assumiu essa disponibilidade de poder assumir essa tarifa social e integrá-la, depois, automaticamente, ou não, dependendo, depois, também, porque é uma ação voluntária. Portanto, a questão é esta mesmo. O que se fez, independentemente, da ser a Comissão A ou B, aqui não interessa, é um trabalho que serve? Que com ele poderiam vir a beneficiar ou ajudar a Câmara a decidir aquilo que dever ser a sua tarefa? É isto o que me interessa. O resto, acho que eu e a Comissão fizemos aquilo a que nos fomos obrigados, porque não existe submissão. A Comissão de Assuntos Sociais, também não falou comigo a dizer vamos reunir e eu, por acaso, perguntei e disseram-me que havia uma reunião no dia vinte e oito, que nem era da Comissão, era de um grupo de trabalho, que tentou reunir antes, mas não conseguiu, mas não interessava a razão e nós entendemos que deveríamos, em tempo útil, ter esta recomendação pronta. E muitas outras que venham a cair no âmbito desta Comissão, serão sempre tratadas entre Assembleias, nunca deixaremos ficar para a Assembleia seguinte, porque para sermos úteis, temos que ser eficazes e temos que ser ágeis. Dr^a.

Filomena, pelo muito respeito que lhe tenho, não aceito que venha dizer aqui que eu crucifiquei alguém. Eu comuniquei à minha camarada Cláudia Alves, que ia fazer estas reuniões depois de reunir com o Dr. Rui Morais e com a Dr^a. Ana Ferreira, a dizer qual era a agenda da nossa ordem de trabalhos e a mostrar disponibilidade, e refiro isto, mais uma vez, para que, efetivamente, nós pudéssemos cruzar aquilo que podia ser o nosso trabalho, convidando, inclusive, para o dia dezanove, aliás estavam presentes, pelo menos estava um, o Dr. António Lima, estava presente nessa reunião que, naturalmente, e tanto quanto eu percebi, disse que relativamente a esta matéria, não havia nenhum trabalho ainda feito e, portanto, nós decidimos avançar, e comigo, todos os membros da Comissão, que votaram favoravelmente e que nunca colocaram questão nenhuma. Portanto, não aceito que venha dizer que eu crucifiquei alguém. Não se aproveite de uma situação, para poder vir aqui questionar-me, também, relativamente a uma característica que eu não tenho, não lhe aceito isso e vai-me desculpar, pelo respeito que me merece, mas não lhe posso aceitar isto. Esta recomendação serve? Esta recomendação vai continuar? Vai, sim senhor e fico já disponível e a Comissão, para podermos reunir, o mais rápido possível, para podermos ver o que podemos fazer a seguir. Mas deixe-me afirmar-lhe, o que está em questão, aqui, não é a análise sobre um novo apoio social, esse apoio social trata-se apenas de uma tarifa social, que já está plasmada e que pode ser assumida, ou não, pelos Municípios. Portanto, não se trata de um novo apoio social, isso sim. Agora, podemos continuar a falar sobre isto, mas no que diz respeito a esta Comissão, é aquilo que nós fizemos. Aliás, vamos pedir através da Câmara, que sejam solicitados dados, para percebermos toda a envolvência daquilo que poderá ser a integração de um número que na altura, no caso da eletricidade, ascendia no Município e Braga a cerca de catorze mil quinhentas e cinquenta

*famílias e que teria, no entender do Dr. Rui Morais, um custo insuportável para o erário da Câmara Municipal. De qualquer forma, era isto que queria vir aqui esclarecer e dizer, mais uma vez. Se me dissessem que poderia ter feito mais trabalho, sim, se calhar. Se calhar tentar envolvê-los mais. Mas, do outro lado, não vi nada que me viessem dizer e eu sou um rapaz muito humilde, muito acessível, quem quiser falar comigo é só ligar, rematou o interveniente”. Registou-se, ainda, a intervenção do **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para ler o projeto de recomendação que foi distribuído, mas que poderia haver membros que não tivessem conhecimento dele. “A Assembleia Municipal reunida a vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte apreciou uma Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda que requer medida que torne automática, a atribuição da Tarifa Social da Água, dispensando a apresentação de requerimento, através dos mecanismos previstos para o efeito, nos termos do Decreto-Lei número cento e quarenta e sete barra dois mil e dezassete, pela crise social e económica decorrente dos efeitos da pandemia da COVID dezanove. Foi deliberado fazê-la baixar às Comissões Permanentes dos “Assuntos Económicos, Empresas Municipais e Turismo” e “Comissão dos Assuntos Sociais e Saúde”. A Comissão dos “Assuntos Económicos, Empresas Municipais e Turismo” reuniu a catorze de outubro de dois mil e vinte, para audição do Presidente do Conselho de Administração da Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM, Dr. Rui Morais e a Chefe do Gabinete do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dra. Ana Ferreira, relativamente ao que poderia ser o acolhimento da proposta e da execução fundada no documento apresentado pelo Bloco de Esquerda e constituiu um Grupo de Trabalho. Esse Grupo de Trabalho reuniu a dezanove de outubro de dois mil e vinte e com base na Recomendação do Bloco de Esquerda*

consensualizou uma proposta de Recomendação final apresentada à Comissão, a vinte e um de outubro passado, que deliberou aprová-la, por unanimidade.

CONSIDERANDO QUE: Ainda que seja difícil prever os seus impactos, a crise da COVID dezanove é uma crise sem precedentes, sem previsibilidade e sem fronteiras com reflexos humanitários, sociais, económicos e culturais. A Câmara Municipal de Braga tem vindo a implementar medidas junto das empresas, famílias, cidadãos e outros grupos de munícipes e que, desde dois mil e dezassete, já disponibiliza apoio que engloba os custos com o fornecimento de água e da produção de resíduos. Independentemente da forma como o futuro se desenrolará, neste momento, urge a tomada de medidas como resposta às famílias e aos cidadãos que se encontram mais vulneráveis e viram os seus rendimentos reduzidos. Está disponível através da Direção Geral da Administração Local, a adesão ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia. Servem estas considerações para, numa situação de emergência e perante a Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal realizada em vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte, a Assembleia Municipal delibera recomendar à Câmara Municipal de Braga, o seguinte: Um - Que tendencialmente se usem instrumentos e métodos mais simplificados e desburocratizados e se acolham como mínimos, os critérios da Entidade Reguladora dos Setores de Água e Resíduos (ERSAR) sempre que se justifique e seja justo. Dois - Se considere que outros grupos de munícipes possam requerer este apoio social. Três - Reforço orçamental que permita atender às necessidades adicionais que possam surgir por efeito da

*COVID dezanove e das alterações que possam ser propostas. Quatro - Intensificar a divulgação deste apoio social, nomeadamente na folha informativa que acompanha a fatura mensal da AGERE, EM. Cinco - Que a Câmara Municipal de Braga preste informação à Assembleia Municipal, no âmbito da atribuição da Tarifa Social da Água, dispensando a apresentação de requerimento, através dos mecanismos previstos para o efeito, nos termos do Decreto-Lei número cento e quarenta e sete barra dois mil e dezassete de cinco de dezembro, com carácter de urgência, sobre o universo de clientes finais, sendo que para o efeito solicite à DGAL informação estatística preliminar sobre o potencial universo de beneficiários. Na atual situação em que vivemos e para que esta Recomendação possa ter efeitos práticos, impõe-se que a aplicação do proposto possa ter efeitos imediatos, após aprovação pelos órgãos tutelares”. O orador fez um comentário, referindo que, provavelmente, recordar-se-iam do primeiro parágrafo que leu, ou seja, o Bloco de Esquerda requereu medida que tornasse automática a tarifa social da água. Esse era o cerne da questão da Recomendação do Bloco de Esquerda e isso não estava, ali, consagrado. Ali estava uma posição de compromisso que o Bloco aceitou no pressuposto de que a discussão nas Comissões iria continuar, mas para continuar com eficácia, precisavam dos dados que foram requeridos à Câmara. E uma vez que a Câmara fornecesse esses dados, esperando que fosse no mais curto espaço de tempo possível, as Comissões iriam ter que se debruçar, porque aí haveria implicações sociais, haveria implicações orçamentais e o trabalho das Comissões iria, com certeza, continuar para apresentar, ali, uma recomendação que satisfizesse, de facto, aquilo que era o interesse fundamental do Bloco de Esquerda nessa matéria. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que, de facto, aquela situação, que*

classificaria de estranha, traduzia a riqueza e a dinâmica dum Assembleia Municipal que, apesar de mais dos seus quarenta anos de história, ainda tinha capacidade de os surpreender e tinha capacidade de inovar, porque aquela era a primeira vez, que uma recomendação ou um documento baixou, não a uma Comissão, mas a duas. Isso nunca tinha acontecido na nossa Assembleia e era a primeira vez que isso acontecia. E, naturalmente, porque a sugestão da baixa às duas Comissões, foi da sua responsabilidade e feita àquele microfone, aquilo que queria dizer era que não ficou claro, na altura, que teriam que fazer um parecer conjunto, ou um relator conjunto, ou um trabalho conjunto, ou sequer definido se cada um faria o trabalho que muito bem entendesse. Foi uma situação nova, que não tinha previsão no nosso Regimento, que não foi avaliada na Conferência de Líderes e, por isso, gerou aquela situação, algo fora do normal e que, obviamente, quando se estava em presença de duas das Comissões, que eram as mais dinâmicas da Assembleia Municipal, e era justo que se reconhecesse isso, e não se querendo dar a primazia nem a uma, nem a outra, mas as duas tinham dinâmicas respeitáveis e, também, não ficou claro quem tinha que tomar a iniciativa em relação a o quê, nessas matérias. Por isso, o que se pretendia, era trabalhar. Queria dizer que a nossa Assembleia Municipal era das poucas que tinha Comissões Especializadas, mas era das muito poucas que tinha Comissões dinâmicas, faziam trabalho tão sério, tão rico, tão profundo, como aquela que faziam naquela Assembleia Municipal. Por isso, seria mau, que um episódio como aquele, servisse para degradar as relações entre as pessoas e pôr em causa sequer o trabalho meritório que tinha sido feito em todas as frentes. O BE apresentou uma recomendação dum teor que não tinha a ver com as conclusões de hoje, que o Deputado António Lima explicou bem isso e manifestou uma abertura muito grande, quando o tema foi discutido na Comissão, precisamente,

para se poder consensualizar aquela matéria. Relembrou, para quem não conhecesse o assunto, que era, de facto, um tema muito interessante. Porquê? Já existia a Lei de dois mil e dezassete, que determinava a aplicação automática, mas se essa decisão não tivesse sido tomada pela Câmara e pela Assembleia Municipal, o benefício existente era feito a requerimento das pessoas que reuniam os requisitos para terem esse apoio. No nosso concelho, no passado, no tempo do PS, gastavam-se sessenta mil euros, hoje gastavam-se duzentos mil. Mas, também eram contempladas, primeiro menos pessoas, seiscentos mil, hoje, já eram mil e cem e, com a pandemia, era previsível que esse número viesse a crescer. Nesse tipo de apoio, éramos um dos concelhos que dava o apoio mais volumoso, mas se as regras mudassem, naturalmente, isso traria consequências, ou a nível de redução dos apoios, mas, provavelmente, podendo também chegar mais pessoas. Era esta a problemática que estava em discussão. Mas, a própria lei previa esse mecanismo de recolha de dados prévio à deliberação da Assembleia Municipal, antes de fechar uma decisão e antes da Câmara, também, tomar uma decisão em relação a essa matéria. Foi, por isso, que o BE deu o seu consentimento a que o consenso fosse construído dessa forma, onde havia três alíneas da parte conclusiva, que eram genéricas e de subscrição geral, e em relação à questão substancial, aquilo que se fazia era recolocar o que decorria da lei, que era pedir à Câmara que fizesse a sua função e pedisse à DGAL a caracterização do universo dos potenciais beneficiários para, então, discutirem qual era a decisão que se podia tomar nessa matéria. No fundo, aquilo que achava que havia condições para ali se votar, era a posição que hoje foi ali apresentada, porque era um passo, num caminho de trabalho mais vasto, que iria ter desenvolvimentos e uma parte mais substantiva, dali para a frente. No entanto, a Comissão dos Assuntos Sociais podia, devia, tinha o direito e tinha, também, um histórico que tinham que

respeitar e tinha, também, uma metodologia de trabalho que já provou, e sugeriria que a Senhora Presidente da Assembleia, em sede de Conferência de Líderes e com a ajuda dos líderes das bancadas e com os Presidentes das Comissões, se definisse uma metodologia integradora, ou para um parecer conjunto, ou para uma metodologia de trabalho, que permitisse ultrapassar aquela situação delicada, que julgava ter sido involuntariamente colocada, mas que não deixou de ser um bocadinho desagradável, mas que não podia, de maneira alguma, pôr em causa a excelência, a qualidade e os pergaminhos do trabalho das nossas Comissões Especializadas. **A SRA. PRESIDENTE DA MESA** assumiu alguma responsabilidade porque, aquando do pedido do Sr. Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos, Empresas Municipais e Turismo para reunir, deveria ter dito para contactar a outra Comissão. Não lhe ocorreu, porque pensou que iriam fazer relatórios em separado. Pelo facto, pedia desculpas a todos os envolvidos pelos constrangimentos criados. Naturalmente que os erros se deveriam evitar, mas era com eles que também se aprendia. Posta à votação foi a referida recomendação **aprovada com duas abstenções. PONTO NÚMERO DEZ – PROPOSTA DE ESTRATÉGIA CULTURAL DE BRAGA DOIS MIL E TRINTA**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, proposta do Executivo aprovada em reunião de nove de outubro do ano em curso, relativa à Estratégia Cultural Braga dois mil e trinta, para efeitos de formalização da candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura em dois mil e vinte e sete, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. A palavra foi dada à **Sr^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para salientar que: “Sobre esta proposta, a primeira de uma estratégia cultural para Braga, começamos por saudar o seu alcance e abrangência. Uma estratégia que diagnostica as principais fragilidades

da produção e fruição cultural no concelho, ao mesmo tempo que tira partido da riqueza e diversidade desta região. Parece-nos especialmente importante a atenção dada ao acesso equilibrado à cultura por todo o território, valorizando as tradições mais populares das artes do concelho e pretendendo trazê-las para o circuito cultural urbano, sem, por isso, querer apropriar-se delas, mas antes respeitando o seu espaço e implementação. Tal como o diagnóstico desenvolvido para a construção desta estratégia também reconhece, Braga é concelho de cultura, diversa e com vários públicos; de criação e tradição; memória e património. No entanto, o reconhecimento da cultura como "um dos pilares do desenvolvimento sustentável de uma cidade" nem sempre foi imediato. Aliás, o equilíbrio que se pretende alcançar neste espaço de dez anos, "entre cultura, economia, inclusão social, ambiente" e outros fatores de desenvolvimento é, a nosso ver, a principal novidade que esta estratégia vem trazer para a política municipal de Braga. Estamos habituados a ver orçamentos atrás de orçamentos com reduzidas verbas para a cultura; uma aposta muito residual na sua promoção e mesmo na sua salvaguarda. Esta estratégia - que, pelo contrário, entende o valor cultural como um todo que envolve não só diferentes áreas de criação e saber, como diversas entidades que por ele são responsáveis - vem contrariar em toda a linha, e bem, o afunilamento da atividade cultural centrada apenas nos dois principais equipamentos da cidade, o Teatro Circo e o Gnracion. Esta proposta vai ainda mais longe, ao recolocar no centro dos objetivos a participação cultural democrática dos bracarenses, como forma e oportunidade também de participarem nos processos de reconfiguração da cidade. Aliás, o quarto eixo desta estratégia, dedicado à cultura, território e paisagem, identifica como objetivo não só essa participação como a salvaguarda da "paisagem, monumentos, ruas e praças, tradições e crenças", que constroem a

"identidade individual e coletiva" do concelho. Muito diferente da abordagem que esta mesma maioria tem com a requalificação do edifício da Fábrica Confiança, parte insubstituível dessa memória coletiva que, hoje, nesta estratégia que aqui votamos, se pretende salvar, valorizar e potenciar, através ainda, por exemplo, de "leituras contemporâneas do património" ou da "participação na reconfiguração física da cidade" e de "soluções criativas para o espaço público que garantam resposta a usos e problemáticas coletivas". Ora, não nos parece que a leitura deste objetivo se coadune com a alienação de património cultural bracarense para uma leitura tão literal da "contemporaneidade" - vulgo, o negócio do arrendamento. Nem a forma como esta maioria tem decidido do futuro da Fábrica Confiança, de costas voltadas com a opinião popular e mesmo com hostilidade face às suas manifestações, se alinha com o espírito que encontramos neste documento. Um equipamento cultural como a Fábrica Confiança, sublinhamos, capaz de juntar o passado ao futuro, o património à formação, criação e fruição de formas culturais tão diversas quanto a diversidade cultural de Braga, seria uma mais-valia incontestável para o desenvolvimento desta estratégia. Preocupamo-nos, pois, que esta boa estratégia não encontre uma capacidade de lhe responder à altura, já que ela dependerá de novas formas de trabalhar, como bem se identifica nesta proposta, mas também de uma política cultural que a acompanhe e que a consolide. Política cultural esta que depende, por sua vez, da vontade de uma maioria que terá que entender que ela depende também de outras estratégias municipais. Como também este documento corretamente enumera na análise SWOT desenvolvida na fase de diagnóstico desta Estratégia Cultural, identificam-se obstáculos em Braga como o "excesso de circulação e tráfego automóvel no centro da cidade", "excesso de ruído, visual, físico e sonoro, no espaço público" ou a "escassa oferta de parques e espaços verdes". Obstáculos que só uma aposta

séria num projeto municipal que transforme os interesses dos munícipes em prioridade conseguirá ultrapassar. Por outro lado, questionamo-nos que compromisso fará esta maioria, inclusivamente já no orçamento a apresentar no próximo mês, com esta estratégia, já que a sua implementação dependerá de uma aposta financeira séria. Num município cujas verbas alocadas à cultura têm sido mais do que tímidas, tememos que as inúmeras iniciativas que darão corpo à implementação da Estratégia Cultural fiquem reféns da capacidade política de reforçar prioridades com investimento municipal. Têm sido muitos os exemplos de falta de investimento próprio em várias necessidades do concelho, tanto que os grandes projetos que arrancaram durante estes anos foram todos fruto de linhas de apoio de fundos comunitários para cumprir os objetivos que a União Europeia definiu como prioritários. Mais vezes do que menos, o município de Braga tem ido atrás destas prioridades ao invés de definir as suas próprias, como temos por várias vezes referido. Esta estratégia, e muito especialmente porque ela se estende desde este ano até dois mil e trinta - e também porque dela depende a candidatura a Braga Capital da Cultura em dois mil e vinte e sete - não pode ficar à mercê de investimentos e soluções avulsas, até porque as iniciativas nela previstas não se bastam a si mesmas: compreendem-se em conjunto, em complementaridade, precisamente por construírem, juntas, uma estratégia única, que de todas depende. Esta é, portanto, uma boa estratégia - que hoje aqui aprovaremos -, deveras inédita neste concelho, mas cujo sucesso dependerá grandemente, mais do que os naturalmente necessários mecanismos de avaliação e acompanhamento da sua implementação ao longo dos próximos dez anos, depende muito mais de fortes investimentos devidamente inscritos nos planos e orçamentos municipais e da seriedade com que se encare uma política cultural à altura deste desafio. Não estamos é convencidos que seja esta maioria capaz de

levar a cabo tão nobre missão”. Interveio depois a **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, para referir que: “Começo por cumprimentar as autoras e os autores do documento completo, abrangente, assertivo, esclarecedor que agora aqui analisamos. Pela sua leitura percebe-se uma clara mensagem de que a cultura merece e exige uma atenção e deve tornar-se o centro das políticas para a cidade, na medida em que tem um efeito catalisador e de charneira quanto a outras atividades. O documento convoca todos e todas para o que é necessário fazer numa determinada direção, algo que nem sempre se vislumbra por parte de quem decide nesta cidade. Mais ainda, este documento vai marcar um antes e um depois. Um antes em que a cultura não era reconhecida como um setor diversificado, mobilizador, construtor de identidades e de valorização de memória e de património, nem se reconhecia a existência de agentes culturais em múltiplas áreas. Doravante, vai ser difícil negar a importância do setor, para as pessoas que habitam o concelho e, também, para quem visita a bimilenar cidade. Julgamos ser esse o grande contributo. Não pode ser negada a importância das dinâmicas locais em diferentes áreas, desde a música às artes das vanguardas, que vários agentes locais, teimosamente, sem apoios, teimam em persistir. Sim, a cultura tem de ser apoiada, como se pode ler no documento, esse apoio tem retorno, através de outros setores. A enorme vantagem é que, ao contrário de outros, contribui para o sentido de comunidade e de pertença. No entanto, o documento refere que existem obstáculos, como a reduzida massa crítica, a falta de espaços de criação e subvalorização de equipamentos. E aos riscos assim designados, como a dificuldade em a cidade se posicionar no panorama nacional e o risco de perder agentes e talentos. Nesse sentido, parece ao Grupo Municipal do Bloco de Esquerda que muito tem de mudar o Executivo Municipal, se quer levar a sério este documento extenso e rico.

Desde logo, antecipando o risco de quem visita a cidade e encontrar os espaços encerrados com horários que nem sequer servem aos habitantes do concelho, ultrapassando, também, o risco de fuga dos agentes e talentos, como há muito o Bloco de Esquerda tem vindo chamar atenção. E necessário, pois, apoiar artistas e agentes e isso não é apenas financeiramente, mas dando condições para trabalhar, nomeadamente, proporcionando espaços, para residências artísticas, ensaio ou disposição. Por isso, o Bloco de Esquerda exorta o Executivo a criar e a disponibilizar esses espaços, não só os que já anunciou e que tardam, como aqueles que continua a negligenciar, mas que, embora ainda não apareça no rol dos monumentos classificados neste documento, já o é, como é o caso da Fábrica Confiança. O Bloco de Esquerda exorta, ainda, que o Executivo convoque todas as Associações de modo a que integrem a dinâmica cultural que se pretende, através da apresentação deste documento que nós iremos votar favoravelmente”.

*Registou-se de seguida a intervenção do Sr. Deputado do P.S., **ANTÓNIO JOAQUIM TAVARES FIDALGO**, para dizer que aquela estratégia era louvável, era inédita, mas claro, que não a dissociavam da nossa futura candidatura a categoria de Capital Europeia da Cultura. Disse, depois, que: “Uma candidatura a capital europeia da cultura tem que cumprir pressupostos, sem os quais nem vale a pena tentar ir a jogo. Desde logo, têm que acontecer ao longo de cada ano, intensas realizações culturais, que pela sua qualidade atraiam públicos pagantes que aliviem a pressão de terem de ser os dinheiros públicos sempre a custear as despesas. Estou a lembrar-me dos concertos de Semana Santa, que se realizam na Sé e noutros locais e que enchem de público, porque é à borla. A cultura custa muito dinheiro e os públicos de Braga e arredores têm de se capacitar que um concerto de jazz, um concerto clássico, uma exposição de arte (fotográfica, de pintura, de qualquer outra natureza ...) têm que ser subsidiados sim, mas os*

públicos têm que saber que têm um papel fundamental com o pagamento dos seus ingressos. Ou os ingressos no futebol são baratos? E as provas automobilísticas são baratas? E ir a Lisboa ou a Coimbra ou ao Porto ver espetáculos do José Carreras, da Daniela Mercury, do Tony Carreira é barato? Só o que é exibido em Braga é que tem de ser de borla? É, portanto, importante criar uma nova mentalidade nestes nossos públicos com espetáculos de qualidade, mas a preços acessíveis e com gente que nos diga muito por ser nossa. Quando o Conservatório Calouste Gulbenkian vai ao Teatro Circo nos seus festivais anuais, os espetáculos estão sempre esgotados, porque o público sabe que vai assistir a performances de qualidade, realizadas por gente que vive, estuda e se valoriza na nossa cidade. E os cursos de música que se lecionam na Universidade do Minho? Quantas vezes vem essa gente de muita qualidade artística às nossas salas de espetáculos mostrar os talentos trabalhados e desenvolvidos na nossa terra? Estes talentos não podem ficar confinados às salas de aula e têm que se apresentar em primeira mão na nossa terra. Por que é que alguns dos nossos artistas, aqui produzidos, têm que ir a outras cidades e muitas vezes ao estrangeiro, para ganharem estatuto que lhes permita ascender a palcos com qualidade e bem remuneradas? E quantas vezes trazemos a Braga os nossos artistas que fazem sucesso noutras paragens? De quantos em quantos anos vem atuar a Braga Elisabete Matos? Quantas vezes são chamadas para serem ouvidas Dora Rodrigues, Sara Braga Simões, Ana Rute? Só para falar de algumas das cantoras de Braga que estão agenciadas por empresas internacionais que as colocam a trabalhar em toda a parte do mundo e em grandes palcos e espetáculos. E Luís Pipa? Quantos concertos faz em Portugal, por ano, e em Braga? E orquestra em Braga? Cadê? Um concelho com um conservatório a produzir gente de qualidade e cursos superiores de música na Universidade do Minho, tem em permanência uma

organização musical que é a Banda de Cabreiros. Sem desprimor pelos fregueses de Cabreiros, mas sim com muito louvor, porque têm conseguido manter uma obra que só os engrandece. Mas temos que reconhecer que é praticamente nada a importância de uma banda num concelho destes, num contexto dum concurso para capital europeia da cultura. E é tão fácil ter uma orquestra em Braga. Anda por aí, a tentar ter a boca à tona da água, uma denominada Orquestra Filarmónica de Braga, que, para ter quem a oiça tem que ir à China! Bem dizia o outro que ninguém é profeta na sua terra, mas isso era no tempo de Cristo e já se passaram muitos séculos e se mudaram muitas práticas atrabiliárias do antigamente, que hoje já só ficam bem no museu. Como é que podemos conhecer a qualidade destes instrumentistas se não lhes compramos concertos e não os obrigamos a demonstrarem-nos que merecem ser ouvidos e aplaudidos, porque têm qualidade? É com muito trabalho e trabalho bem remunerado que essa gente evolui e tem motivação para aprofundar a qualidade que se lhe tem de exigir. Os públicos já não comem gato por lebre. Como é que vamos financiar estas instituições? Puxando pela imaginação e pela carteira! Claro que não vamos instalar em Braga uma orquestra sinfónica, porque então o futebol ficava na penúria, coitadinho! Mas podemos ter um núcleo duro de vinte, vinte e cinco músicos com alguma garantia salarial, para se dedicarem aos trabalhos mais constantes e diários da orquestra e recrutar e subsidiar à tarefa/concerto/ensaio os reforços necessários para a preparação e execução das obras que as direções artísticas trouxeram para a ribalta. E sempre com uma boa estrutura de marketing que venda os programas em preparação ou já preparados, para que as fundações, as outras câmaras e agentes culturais se tornem clientes fidelizados que não comprem um só espetáculo, mas vários ao longo de uma época. Um músico que esteve três meses a ensaiar peças, tem que fazer cinco, dez, vinte

espetáculos para ter compensação psicológica e também financeira. Mas se quisermos adotar e sedear em Braga projetos já existentes e atuantes no mercado há muito tempo, temos bem perto de nós a Orquestra do Norte, que tem andado um pouco perdida por Amarante, Vila Real e Penafiel. Era só entrarmos na cooperativa que sustenta essa instituição, encontrarmos espaços disponíveis e de qualidade que temos e pormo-la a trabalhar e a produzir riqueza para nós e para os músicos. Porque estes precisam de ter a despesa com comida e de criarem os filhos e de se criarem a si próprios. E se não pudéssemos começar já com Stravinsky ou Tchaikovsky ou Wagner, começávamos por Mozart e algum Beethoven e ou Haydn e ou Handel, sem necessidade de formações orquestrais muito numerosas, mas produzindo da melhor música com que estes semideuses nos presentearam. Eu até já tenho nome, para começo de vida: Orquestra Mozart de Braga. Como se vê, a música já nos dá água pela barba. Vamos deixar as outras vertentes artísticas para próximas reflexões... E como esta estratégia tem muitas páginas, mas pouca substância, nós vamos abster-nos, elogiando, embora, e aceitando que é uma boa iniciativa para começo de trabalho, mas esta estratégia está a quilómetros daquilo que nós temos que aprofundar, discutir e resolver acerca de uma autêntica política cultural para esta terra”. Interveio o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para, a propósito, destacar que a sua intervenção, hoje, seria, até, bastante ecuménica, não só porque os contributos que já tiveram foram, de certa forma, tentativas, julgava, conciliadoras de terem um programa e uma estratégia de qualidade. “Mas, antes de ir aí, começava já com o ecumenismo, dizer que a nossa luta continua e, de facto, se outubro está a acabar eu tenho aqui este lacinho que simpaticamente me ofereceram à entrada deste recinto e dizer que esta é uma luta que nos convoca a todos e não gostaria de passar por aqui sem dar este

testemunho pessoal de apoio e, obviamente, que se outubro acaba como mês de consciencialização para a luta contra o cancro da mama, nós todos os dias seremos convocados para que esta luta não acabe e, lá está, roubando este mote ao PCP, continuaremos, felizmente, juntos e aí julgo que, de forma concertada, contra esta luta. Mas, partindo então, para o tema que aqui nos trás, julgo que e antes de ir aqui à posição do PS, quase que posso usar aquela velha estratégia, que os advogados normalmente usam e oferecer o merecimento dos autos, porque, efetivamente, quer o PCP, quer o BE, julgo que também quer o CDS, quer o PPM, se revêm, também, nesta estratégia e o PSD seguramente que sim. E, portanto, os laudos que aqui já ouvimos a esta estratégia, seriam o bastante para que nós pudéssemos sair, daqui, reconfortados e com a consciência de ter feito, pelo menos, aquilo que nos era devido, no plano autárquico e no plano da gestão municipal, no âmbito cultural e da delineação desta estratégia cultural. Ainda assim, gostaria de dar alguns tópicos, que nos levam, também, a votar positivamente, relativamente a esta estratégia cultural e dizer que um dos aspetos mais positivos, pelo menos na nossa opinião, foi o da abertura com que este processo contrastou com outros, que foram sendo vistos ao longo dos anos, não por esta maioria, é certo, mas que, infelizmente, alienavam boa parte dos agentes e atores fundamentais das mudanças que se pretendiam invocar. Julgo que um dos paradigmas desse esforço foi justamente a estratégia da Capital Europeia da Juventude. Como vimos, não era bem uma estratégia era, apenas, um olhar para uma efeméride, para um prémio, para uma designação, para um momento e, depois, irmo-nos esquecendo de todo o lastro que, se calhar, era aquilo que o PSD pretendia na altura em que introduzimos justamente esta proposta no campo político bracarense, quando propusemos que Braga se candidatasse à Capital Europeia da Juventude, não era para ter essa efeméride, esse momento único que,

infelizmente, não se repetisse ao longo dos anos. O que queríamos era uma capital europeia da Juventude, todos os dias. Infelizmente, os interpretes, na altura, não eram os melhores. O PS, inicialmente, como se lembram rejeitou a proposta, depois repescou-a, não vale a pena estar aqui a perder muito tempo com esse histórico, o certo é que o que nós temos, hoje, em termos de politica de juventude, que decorreram desse tempo, é pouco ou nada. E, portanto, este processo de abertura, auscultação e diálogo é extremamente importante, para não só lançar as bases do que se quer ser uma Capital Europeia da Cultura diária, quotidiana e permanente, mas, também para que não sejamos acusados de não ter integrado justamente essas visões distintas e esses compromissos diversos, face a uma estratégia que, como é bom de ver, queremos que percorra, mais do que os aspetos partidários ou políticos, todos os estratos sociais, económicos, culturais da cidade, para que todos, exatamente, se sintam integrados. E, daí, as mais de três mil pessoas, entidades que foram ouvidos, são um testemunho claro desse compromisso e julgo que terão, e já tem nesta estratégia, e terão, seguramente, na sua concretização, a dimensão do que queremos dar à cultura em Braga e ao processo de dinamização cultural do concelho. Depois, também, acoplado a isto, a tal despersonificação do plano. Este plano, sendo de Ricardo Rio, sendo desta maioria, não é um plano para esta maioria, é um plano para a cidade que ultrapassa os horizontes temporais dos mandatos em que Ricardo Rio estará à frente da Câmara Municipal e, portanto, ela não se fixa, nem pretende entronizar aqui nenhum senhor e dono de um domínio cultural, antes, pretende sim, como disse há pouco, criar o tal lastro que nos permita, não intermitentemente, mas de forma fixa, ser Capital Europeia da Cultura todos os dias. A flexibilidade no horizonte, lá está, dois mil e vinte, dois mil e trinta, dá não só essa medida, como nos permite delinear uma verdadeira estratégia, não apenas como plano de ação

para chegamos ao tal objetivo, como dizia, há pouco, o meu colega João Granja, não se trata aqui de tentar, apenas, a cereja no topo do bolo, trata-se de ter o bolo e se tivermos a cereja, pois muito bem, tanto melhor, mas se não a tivermos, queremos garantir que o bolo existe e que é partilhado por todos os cidadãos em Braga e, também, por todos aqueles que nos possam visitar. Depois, a fixação de objetivos a que assistimos, com a preocupação de concretizar sem estar a algarimar o futuro da estratégia cultural em Braga, dá boa nota, e julgo que contradiz, claramente, a versão que aqui o PS nos trouxe, da substância da estratégia e da capacidade, ou melhor, da responsabilidade e responsabilização que esta estratégia trás, também, para este Executivo Municipal, no sentido de dizer cuidado não temos só aqui os prós e contras, as coisas boas e as coisas más, não estamos a delinear meras linhas de atuação genéricas estamos, também, a querer concretizar e a dar a justa medida dessa concretização, através dos diversos eixos que vêm previstos nesta mesma estratégia. É nessa base e na construção desses eixos, com a preocupação da descentralização, estou aqui a apontar elementos que não foram já trazidos aqui, que me parecem relevantes, porque os outros são também relevantes, mas já foram cá trazidos, essa preocupação com a descentralização cultural, com a criação duma massa crítica que tem alguma pujança e continuidade e que nos permita ter uma perenidade das políticas culturais e de estratégia que até aqui não conseguimos, é que constituem aquilo que considero uma mudança verdadeira de paradigma, como eu julgo que já aqui foi trazido, quer pelo BE, quer pelo PCP. E é, portanto, que chegados aqui, vemos com grande estupefação, a posição do PS. E julgo que é muito difícil aos Bracarenses compreenderem a sua posição. Inicialmente, na Câmara Municipal e no Executivo, a versão não era esta, a versão não era a da falta de substância, a versão não era a da falta de uma orquestra em Braga, a versão era a da falta de

participação, que não tinha havido comunicação com os Vereadores, que não tinha sido pedida informação e contributos, quando sabemos que isso é absolutamente falso. Os Vereadores foram incluídos, foram informados, houve diversas reuniões e tentativas, justamente, de reunir os contributos, as próprias Comissões da Assembleia Municipal foram convocadas para este efeito, portanto, não conseguimos perceber que argumentário é este, para se justificar uma abstenção, relativamente, a um plano a uma estratégia de longo prazo que, aliás, tem recebido, como se viu, aqui, nesta Assembleia, o apoio generalizado das várias forças políticas. E, depois, a questão da substância, como já disse há pouco, não se percebe. Se a questão era justamente a de introduzir propostas e contributos que adicionassem ao que está aqui, pois então tiveram essa possibilidade ao longo dos últimos anos. Estranhamos que agora, só na Assembleia Municipal de hoje, é que se venha cá dizer que precisamos duma orquestra, que precisamos de Mozart, precisamos de Schubert, como precisaremos de muitas outras coisas. Sou, infelizmente, um frustrado ex-aluno do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, aqui em Braga e reconheço a qualidade, reconheço o empenho, reconheço, como disse, e bem, há pouco tempo, que todos os espetáculos promovidos pelo Conservatório nomeadamente, no Teatro Circo, para além da capacidade e da qualidade, tem também sempre público, mas não me parece que isso seja a questão primordial, quando estamos a discutir uma estratégia de longo prazo. E também falar aqui dos preços e da possibilidade, ou não, de criarmos aqui a cultura dos preços no público, para que tudo não seja gratuito, vindo do PS, é até caricato, porque esperar-se-ia que mais subsidiação significasse mais e melhor cultura, para a população em Braga, mas bem vindos, também, à cultura de mercado, no âmbito cultural e à disponibilidade que todos os Bracarenses têm que ter, sobretudo, neste momento de crise e de

grande dificuldade que todos atravessamos, para perceber que é preciso pagar pela cultura. Todos sabemos que é preciso pagar pela cultura, mas, neste momento, na situação atual que estamos, pelo período que passamos, vir a esta Assembleia Municipal, sediar aí um dos principais argumentos para votar, do ponto de vista do PS, uma abstenção, relativamente a esta estratégia, parece-nos, pelo menos, não muito indicado. O que me leva, finalmente, a dizer, e é nesse espírito ecuménico, convocar as palavras de Ana Catarina Mendes, líder da bancada parlamentar do PS na Assembleia da República, quando ela dizia que o voto do BE no orçamento de Estado, anunciado o voto, decorria do medo do risco que o BE tinha. O BE tem medo que as coisas corram mal e, portanto, não gosta de estar algemado a um PS, num momento em que as coisas corram mal. E, aqui, o PS, o seu voto de abstenção, também me parece ser um voto de medo do risco, só que é um voto de medo do risco duplo, é medo do risco que isto corra mal e que não tenhamos a Capital Europeia da Cultura, no fundo, para mostrar que ganhamos qualquer coisa, e se não tivermos, o PS quer estar pronto, para dizer nós dissemos na Assembleia Municipal, em Braga, no dia tantos do tal que, efetivamente, era preciso uma orquestra, era preciso tocar Handel, era preciso tocar Mozart, era preciso tocar Beethoven e era preciso pagar a cultura, mas estes senhores não ouviram e, portanto, não tivemos a Capital Europeia da Cultura. Mas, como já expliquei, este plano e esta estratégia não são para ter a Capital Europeia da Cultura, são também para isso, mas não são, sobretudo, para isso, são para consagrar em Braga uma dinâmica cultural e um paradigma completamente distinto. E o medo de correr bem, o medo que isto, de facto, corra bem, quer do ponto de vista da tal dinâmica e estratégia cultural, quer, efetivamente, com o tal único meio que o PS parece ter para classificar de sucesso ou insucesso esta estratégia, que é, justamente, a existência, ou não, de uma

Capital Europeia da Cultura em Braga. Portanto, se existir, o PS tem medo que a coisa corra bem e que, se isto corre bem e chega ao ponto de termos uma Capital Europeia da Cultura, será verdadeiramente incompreensível, e como é que não nos lembramos disto ao longo de trinta e seis anos de vida, ao longo de trinta e seis anos à frente da Autarquia, ao longo de trinta e seis anos em que nós não conseguimos, sequer, como diz e bem, ter uma orquestra em Braga. É uma pena, de facto. Mas não temos medo do risco e, felizmente, que há mais partidos que também não têm e comungam connosco a importância e a valorização de um plano que merece ser valorizado, que merece ser divulgado e que merece ser, por aquilo que ele é, porque é mais do que o conjunto da soma dos partidos que compõem a Coligação, como se viu aqui. É, verdadeiramente, uma proposta de estratégia para o futuro e é por aí que ele deve ser avaliado, e é por aí que devemos votar, é por aí, também, que o PSD vota hoje, com todo o orgulho e de consciência perfeitamente tranquila, favoravelmente esta estratégia e oxalá possamos estar aqui, em dois mil e trinta, não a falar da Capital Europeia da Cultura, mas a falar de como esta estratégia resultou e todos os dias Braga é, efetivamente, Capital Europeia da Cultura”. O Sr. Deputado do P.S., ANTÓNIO JOAQUIM TAVARES FIDALGO voltou a usar da palavra, para dizer que não queria, obviamente, ir, ali, fazer juízos de valor sobre quantas pessoas leram aquela estratégia do princípio até ao fim, das duzentas e muitas páginas que ela tinha. Leu e sabia do que estava a falar. Ir, ali, reduzir a sua intervenção, exclusivamente, à criação, à necessidade da criação de uma orquestra em Braga, era, no mínimo, estar a brincar com as pessoas. “Nós não somos, propriamente, meninos, para sermos, aqui, submetidos, por uma retórica tal e não sei quantos. Era só o que nos faltava agora, termos que submeter aos critérios do PSD, ou seja de quem for, as nossas votações. Era só o que faltava. Portanto, nós elogiamos a

estratégia. Foi a primeira coisa que aqui fizemos. Acho que estive a falar aqui português. Elogiamos a estratégia. Dizemos que é inédita. O que dizemos é que isto é um ponto de princípio, é uma manifestação de uma série de intenções muito teóricas. A estratégia não entra quase em nada em pontos concretos de concretização de uma política cultural séria, para a cidade de Braga. Peço muita desculpa a quem foi ouvido, a quem concorreu, etc., mas o produto final não nos merece a credibilidade que nós gostaríamos que obtivesse, para votarmos favoravelmente. E somos os primeiros a dar, aqui, contributos concretos, não é “rebeubeu pardais ao ninho”, propostas concretas muito sérias, sobre uma área concreta da cultura bracarense. Podia, aqui, falar, em relação à malta dos “Encontros da Imagem”, que estão desaparecidos em combate, podiam ser, por exemplo, chamados à colação e serem convidados a formatarem de novo os “Encontros da Imagem” e, por exemplo, festivais de cinema, que era uma coisa para a qual essa gente tem conhecimentos, tem know-how, tem muitos anos de tarimba e, portanto, podiam trazer, juntando outras pessoas doutros lados, doutras cidades, recorrendo a quem entendesse do assunto. Porque Braga se não tiver com continuidade festivais, continuamente, não vai conseguir nenhuma capital europeia da cultura, e nós não temos medo nenhum do sucesso da capital europeia da cultura, Senhor Deputado, anda a ver mal a realidade do mundo. Nós não temos medo nenhum do sucesso da cidade e do sucesso de todos nós, venha ele por que via vier, seja da direita, da esquerda, do centro, para nós é igual. Agora, não admitimos é vir para aqui tergiversar sobre as minhas declarações e fazer jogadas de intenção e de chicana política, para me tentar reduzir àquilo que o Senhor queira. Quando falo de questões de música, sei muito bem do que estou a falar. Já promovi nesta terra, dezenas de concertos e de realizações, no tempo em que assessorava o Maestro Batista, na Orquestra de Câmara do distrito de

Braga e foi o Senhor Cónego Melo, que muitas vezes me deu substância e dinheiro, para poder organizar esses concertos que, depois, saíam de “borla”, evidentemente, para o público na Sé, na Igreja de São Pedro e São Paulo, que é uma das melhores salas de espetáculo, com uma acústica absolutamente extraordinária. Oh Senhor Deputado eu não vim aqui divertir-me. É a primeira vez que eu venho aqui. Eu sou do tempo das vacas magras. Agora, exijo é que seja sério, na tentativa de abordagem das coisas”. Retomou a palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para salientar que: “Mais uma vez, julgo que o Senhor Deputado, não é por ser a primeira vez aqui, não sou miúdo, seguramente, não será um velho, somos dois Deputados desta Assembleia e nesta Assembleia faz-se política, e o Sr. Deputado pode não gostar. Pode não gostar das minhas palavras, como eu não gosto de muitas das dos outros Senhores Deputados, não gosto das interpretações, não gosto das conclusões, não gosto dos critérios. Ora, a definição da democracia é ouvi-los e discordar deles. O que o Senhor Deputado veio aqui fazer, não foi discordar deles, foi quase dizer ponha-se no seu lugar, olhe para as minhas palavras, pela minha própria interpretação, pelos meus próprios olhos. Ora, isso, infelizmente, em política, não existe, ou melhor, existe, mas tem outro nome, não é democracia, seguramente. Aqui, discutimos as ideias que são aqui trazidas, livremente, e ninguém nos dá lições do que é que deve, ou não deve ser dito, podemos discordar, com certeza, mas discordar em democracia. E o que o Senhor veio aqui fazer, não foi discordar em democracia, foi como uma pose de pai para filho, dizer-lhe como é que deve fazer, dar-lhe uma lição de moral e dizer que está cá há muito tempo e que tem razão de ciência na música, para nos vir dizer que tem razão de ciência na política, só que os dois mundos nem sempre se tocam. E, se é verdade que a cantiga é uma arma, não é só contra a burguesia, também é contra a hipocrisia e

*o que o Senhor veio aqui fazer foi, justamente, tentar justificar a hipocrisia da posição do PS, que como já se viu, foi diferente na Câmara e é diferente aqui na Assembleia Municipal e, portanto só daí a sua intervenção é auto-explicatória e se quisermos ter coerência e critério, pode não ser o critério do PSD, com certeza, mas há-de ser algum para o povo bracarense lá fora perceber o que é que os Senhores andam aqui a dizer. E num plano e numa estratégia em que parece que há uma concertação genérica e global, muito mal estaria esta Assembleia, se tivesse o PCP o BE e os partidos a dizerem bem, em uníssono, duma estratégia e ter o PS, com toda a razão do mundo, a dizer que ela, infelizmente, não tem substância. Pode acontecer, em democracia temos que aceitar esse contributo, mas, como eu disse há pouco, os Senhores tiveram tempo e oportunidade para fazer todos os contributos do mundo e para vir quer à Assembleia Municipal, quer à reunião de Câmara dizer que, infelizmente, a estratégia não contemplou os nossos contributos e, por isso, é vazia de substância ou dos elementos que consideramos fundamentais, para ganhar a Capital Europeia da Cultura. Já disse que esse não é o único objetivo desta estratégia e que, felizmente, ela olha para planos muito mais dispares e longínquos. Se os Senhores se querem remeter a isso e justificar com isso o injustificável, pois muito bem. Agora, a posição de abstenção que já percebi que é incómoda, sobretudo, agora, há luz do grande consenso e quase uníssono que temos no plano político bracarense sobre ela, e se estamos a falar de alguém que provém duma bancada que teve trinta e seis anos para apresentar alguma coisa que minimamente se assemelhasse a isto, e nem isso fez, então acho que estamos conversados, sobre quem é que aqui deve ou pode dar lições sobre o que quer que seja, nomeadamente, no que diz respeito à estratégia cultural”. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO,***

para dar algumas notas que lhe pareciam importantes sobre aquele tema. E não podia deixar de começar as suas palavras por aquilo que ali foi dito, agora mesmo, pelo Senhor Deputado João Marques, de que estavam a discutir argumentos, estavam a discutir política e os resultados dessa mesma política. E, portanto, naturalmente, que era sobre isso que tinham que fazer os juízos e a avaliação sobre a conduta de cada um e sobre os termos em que se expunha, também, esses mesmos argumentos. Hoje, ali, não estavam a discutir aquilo que tinha sido a política cultural do Município. Se o fizessem, o próprio e a Senhora Vereadora que, por razões pessoais, não pode estar presente, teriam múltiplos argumentos, para demonstrar aquilo que o Senhor Deputado António Fidalgo há pouco citou, de que hoje não se vivia um tempo de vacas magras na cultura. Hoje, já não precisavam da ajuda do Cónego Melo porque, de facto, eram múltiplas as condições para poder desenvolver, numa forma alargada, várias manifestações culturais, para vários agentes culturais terem oportunidade de se expressarem e afirmarem o seu talento, de criarem públicos, de mobilizarem novos artistas e novas indústrias em torno da criatividade e isso era um tempo diferente, em relação àquilo que acontecia em Braga há alguns anos atrás. E o Município cumpriu um papel importante para que isso assim acontecesse, reforçando a descentralização cultural, reforçando o investimento nos equipamentos culturais e, obviamente, reforçando, também, diretamente, o investimento nos agentes culturais. A verdade era que hoje não estavam a discutir o desempenho do setor cultural do Município até hoje. Estavam a falar do futuro, estavam a falar numa estratégia num horizonte de dez anos, estavam a falar numa estratégia que iria em paralelo servir de base àquilo que era o caminho que queriam percorrer no sentido de se afirmarem como cidade, como concelho, como território, como região, como um polo de vitalidade cultural, para o futuro e que entroncava

naquilo que era, julgava, uma meta que todos deveriam partilhar, que era a assunção de Braga, inequivocamente, como a cidade que melhores condições reunia, para ser em dois mil e vinte e sete, em Portugal, novamente, a Capital Europeia da Cultura. Achava que ninguém naquela sala, achava que ninguém neste concelho, se devia abster de participar ativamente nesse processo e nesse objetivo. E, era nesse mesmo sentido, que tinham que perceber se essa estratégia que, ali, hoje, estava a ser apresentada e que resultou dum trabalho enorme, aturadíssimo de toda a equipa, que em parceria com o pelouro da cultura, em parceria com todo o Município, mas com vários outros agentes externos, fez no terreno, ouvindo agentes culturais, ouvindo cidadãos, promovendo iniciativas desconcentradas, por todo o nosso território e mobilizando contributos que, de facto, entroncaram naquilo que, hoje, ali, se ouviu, para quem, permitissem-lhe a expressão, e não era ligeira porque, já iria explicar porquê, teve, de facto, uma avaliação rigorosa, sobre a valia dessa estratégia. E, quando ouviram, como ali já foi dito, os partidos que suportavam a maioria na Câmara Municipal, o BE e a CDU, que com tanta facilidade conseguiam encontrar argumentos, nas mais diversas circunstâncias, para criticar as propostas da maioria no Executivo Municipal, a convergirem na qualidade do trabalho que foi realizado, no realismo do trabalho que foi realizado, na humildade do trabalho que foi realizado de não ser um exercício de auto-vangloriação por parte da Câmara Municipal, mas de identificar carências, de identificar apostas, que tinham que ser reforçadas, para um futuro próximo, quando perante tudo isso, ouviram um partido que se queria afirmar como alternativa à governação do Município, tomar uma posição com base em argumentos tão frágeis, tão débeis, como aqueles que foram apresentados no Executivo Municipal, numa pertença e falsa não auscultação, por parte da equipa que realizou este trabalho, ou aqueles que aqui foram

apresentados pelo Professor António Fidalgo era, de facto, conflagrador. E tinha que fazer esse juízo público, sobre aquela matéria, porque, na verdade, aquilo que ouviram ali na intervenção do Senhor Deputado do PS, foram três aspetos únicos na sua intervenção, mais dourados, ou mais flautasiados, sob o ponto de vista literário e musical, até, como foi feito durante a sua intervenção. Primeiro, acusou a estratégia de ser generalista. Isso era falso e se assim fosse, a primeira coisa que um partido responsável devia fazer, era apresentar propostas e contributos que enriquecessem e combatessem essa generalidade. Durante todo aquele processo, os contributos do PS, foram zero. E, portanto, obviamente, que o se PS demitiu de participar naquela discussão. Depois, acusou o ponto de dizer que a cultura em Braga, era uma cultura gratuita, que era de promover a acessibilidade, sem onerar os utilizadores, os públicos que acediam a essa cultura de financiarem essa mesma cultura. Era um ponto extremamente importante, com que concordava em absoluto, mas não podia era, depois, a seguir, contrapor como argumento a essa sustentação, que a própria cultura tinha que ter a necessidade de a Câmara financiar a existência de uma orquestra em Braga, para que ela pudesse ser viável. Era algo que não podiam aceitar do ponto de vista duma coerência de discurso. Porque, na verdade, havia uma boa herança, em termos culturais, que o Município, hoje, tinha e não foi obra deste Executivo Municipal. Em Braga não tínhamos uma orquestra, tínhamos a Orquestra Filarmónica, tínhamos a Gulbenkian, tínhamos a Universidade do Minho, tínhamos o Conservatório Bonfim, tínhamos vários outros projetos, que surgiram, duma forma mais ou menos “ad hoc”, no nosso concelho, ao longo dos últimos anos, graças à qualidade dos artistas. E, felizmente, todos esses projetos tinham conseguido conquistar algum espaço na programação municipal, financiada pela Autarquia, e conquistaram várias outras iniciativas até pelo mundo fora, como foi

*muito bem citado, até na China foram promovidos concertos, por algumas dessas estruturas. Não tinha que ser a Câmara Municipal a criar uma orquestra, porque, obviamente, não ia fundir todos estes projetos que existiam no concelho e que representavam, também, a diversidade e a qualidade do talento que existia em Braga, do ponto de vista musical. Era a demonstração de que com base nesses pequenos argumentos, se estava a destruir aquilo que era um trabalho que foi realizado numa perspetiva de futuro, que era muito maior, que era muito mais importante do que aquilo que se apresentou como argumento para uma dissonância naquela Assembleia, quando aquilo que deveriam passar, daquela sala para a cidade, para o País, era que Braga estava unida em torno desta estratégia, Braga estava unida em torno da candidatura a Capital Europeia da Cultura. E, a verdade, era que por uma falsa não auscultação, que foi invocada no Executivo Municipal e por uma falsa falta de qualidade da estratégia e generalismo que, agora, ali foi a invocada de uma forma singela, quem se abstinha, de forma coerente de participar naquele projeto, foi o PS. “É a vossa opção”. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com treze abstenções**. O Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** proferiu uma **Declaração de Voto** que dizia que o Bloco de Esquerda teve a oportunidade de estar nas Comissões onde os técnicos apresentaram aquele trabalho. E, portanto, desde logo, perceberam que o trabalho tinha mérito, não querendo isso dizer que não iriam estar atentos para saber se o Executivo merecia esse trabalho. O Executivo iria ter que o merecer. E o Senhor Deputado João Marques, podia ficar descansado, porque o Bloco não tinha medo de risco nenhum. Nunca teve. Não tinha medo do risco. Tinham era convicções. Não tinham medo do risco, mesmo, quando, eventualmente, até os quisessem encostar ao PSD. Esse seria o risco e não tinham medo do risco. Outra **Declaração de***

Voto foi presente, agora pelo Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA, para reafirmar, ali, mais uma vez, que o Partido Socialista apoiava a candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura. Que ninguém tivesse dúvida, porque isso estava nas suas intenções, estava no seu programa e lutariam com denodo, com todas as forças, para que isso se concretizasse. E o facto de discordarem e de se terem absterido na estratégia, não queria dizer que não estivessem de acordo com a candidatura. Agora, não podiam pensar que a crítica não contribuía para que pudessem aperfeiçoar o processo, porque uma estratégia não passava de um conjunto de boas intenções. Estariam, ali, para colaborar ativamente, dando contributos, para que pudessem ter em dois mil e vinte e sete a Capital Europeia da Cultura. Por essa razão se abstiveram, porque queriam ser críticos, relativamente à avaliação daquilo que estava a ser proposto e daquilo que iria ser feito. Gostava de ali dizer e concordava com parte do discurso que ali fez o Sr. Presidente da Câmara, o que estava em discussão era a estratégia, mas quem introduziu o fantasma do passado, o trauma que não deixava de perseguir um Deputado daquela Assembleia, no caso em apreço, o Deputado João Marques, de trazer sempre o passado. E em vez de discutir a estratégia, propriamente dita, a sua bondade, as suas vantagens e os seus benefícios, levava sempre alguma coisa do passado. Havia uma coisa que queria dizer ao terminar, aquilo que eram os grandes projetos que hoje existiam em Braga, vinham todos do tempo da gestão socialista.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove e dez, de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.

ENCERRAMENTO: Às zero horas e vinte minutos, a

Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de trinta de outubro de que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.